

Mercadante rebate lobby anti-indústria

'Criticar investimento público é anacrônico neoliberalismo'

Marcelo Camargo - ABR



O presidente do BNDES anunciou mínimo de R\$ 2 bi para a indústria naval

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Alóizio Mercadante, afirmou que parte das críticas aos estímulos anunciados à indústria naval brasileira são de um "neoliberalismo anacrônico", que não teria acompanhado a mudança da economia global. Para ele, essas críticas, além de desatualizadas, são prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil. Ele lembrou que "Estados Unidos, União Europeia e China estão investindo muito na reindustrialização, e na casa dos trilhões". **Página 2**

1
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira



China cresceu 5,2%, em 2023, e os EUA 2,5%. Eis a razão do "nervosismo" americano

"Se compararmos a taxa de crescimento de 5,2% da China com o resto das principais economias, a diferença é ainda maior do que com os EUA. Japão cresceu 1,5% em 2023; França 0,6%, Canadá 0,4%, Reino Unido 0,3%, Itália 0,1% e Alemanha caiu -0,4%", diz economista inglês Michael Roberts. **Página 7**

Em retaliação a Haia, EUA corta verba da ONU de ajuda a palestinos

No momento em que a ONU adverte que um quarto da população de Gaza já enfrenta uma "fome catastrófica", Biden suspendeu a contribuição de US\$ 332 milhões para a agência da ONU de assistência aos refugiados palestinos, a UNRWA, sob o pretexto, alegado por Israel, de que 12 funcionários participaram do 7 de outubro. **Pág. 7**

Lula: "Há 5 anos Brumadinho ficou sob a lama e a Vale não fez nada"



Tanques cercam população civil, que tentava fugir da bombardeada Khan Yunis, Gaza, na sexta-feira (26)

Haia acata denúncia contra genocídio de Israel em Gaza

Em uma decisão inédita, a Corte Internacional de Justiça da ONU em Haia acatou na sexta-feira (26) a denúncia da África do Sul de violação por Israel na Faixa de Gaza da Convenção das Nações Uni-

das sobre o Genocídio, negou a Israel seu pedido de arquivamento do processo e, em caráter urgente, determinou que Israel aja para prevenir e punir o incitamento ao genocídio, garanta que suas tropas

não cometam genocídio, preserve as eventuais evidências de genocídio e reporte sobre todas as ocorrências à CIJ (que enviará e receberá informações da parte querelante, a África do Sul) e exige ainda

que Israel garanta a ajuda humanitária e os serviços básicos cuja ausência coloca em risco a população palestina mantida sob cerco. Israel segue atacando por terra e ar a população civil palestina. **Página 6**

O presidente Lula criticou o comportamento da empresa Vale no caso de Brumadinho, em Minas Gerais. Já faz cinco anos que a empresa causou um dos maiores desastres ambientais do país destruindo propriedades e matando 270 pessoas e nada foi feito para que os responsáveis paguem pelas vidas perdidas e pelo prejuízo causado. "Hoje faz 5 anos do crime que deixou Brumadinho debaixo de lama, tirando vidas e destruindo o meio ambiente. 5 anos e a Vale nada fez para reparar a destruição causada", denunciou o presidente. **Página 3**

"Após privatizada, tarifa da Cedae subiu o dobro da inflação", diz CTB

Em meio à última tragédia provocada pelas chuvas no Rio de Janeiro, "fruto da ausência de obras de drenagem, sem nenhum tipo de planejamento ambiental", a CTB-RJ (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) denuncia o abandono da população em artigo publicado, questionando sobre o que foi feito com os bilhões da venda da Cedae, privatizada em 2021. **Pág. 5**

Servidores exigem em ato reposição de perdas salariais dos aposentados

Servidores aposentados e pensionistas realizaram um ato na quarta-feira (24), Dia do Aposentado, em frente ao Palácio do Planalto, para reivindicar reajuste do vencimento básico da categoria. Rudinei Marques, presidente do Fonacate, afirmou que os servidores "não vão admitir, serem preteridos como estão sendo nessa negociação salarial de 2024". **Pág. 5**

Há 79 anos, o Exército Vermelho libertava Auschwitz

Mercadante afirma que ataque ao plano industrial é “anacronismo”



Aloizio Mercadante, presidente do BNDES: cenário é desafiador



Vendas e emprego na indústria paulista recuam no primeiro mês do ano

Em janeiro, atividade industrial cai pelo 11º mês consecutivo, aponta pesquisa da Fiesp

Em janeiro deste ano, a atividade industrial paulista caiu pelo 11º mês consecutivo, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Quatro de cinco componentes observados permaneceram abaixo da linha divisória de 50 pontos, aponta o Sensor da entidade, com destaque para as quedas nas vendas e no emprego.

Quando o indicador está abaixo dos 50 pontos, indica que houve redução da atividade industrial no mês. Desde fevereiro de 2023 (50,2 pontos), o Sensor permanece abaixo desta linha divisória.

De acordo com a entidade, o Sensor marcou 47,6 pontos em janeiro de 2024, sendo uma queda de 1,3 ponto frente a dezembro de 2023 (48,9 pontos).

O Sensor da Fiesp apontou que em relação a dezembro as vendas recuaram 1,6 ponto e o emprego -0,2 ponto, ambos mantendo-se abaixo da linha divisória de 50 pontos. Por outro lado, os

investimentos, apesar da queda de 3,8 pontos em janeiro frente a dezembro, está acima da linha divisória, o que para a pesquisa significa “perspectiva de aumento dos investimentos no mês”.

Já o indicador de estoques registrou 44,6 pontos no mês, indicando que “os estoques permaneceram acima do planejado no início de 2024”.

O quinto componente da pesquisa é o de mercado, que representa a percepção sobre o setor de atuação, encerra em 46,8 pontos. “Resultado 0,8 ponto maior que o último mês, mas ainda abaixo dos 50 pontos, permanecendo o pessimismo dos empresários industriais quanto ao setor que suas empresas estão inseridas”, diz a Fiesp.

O parque industrial de São Paulo – o maior e o mais importante do País, por sua diversificação, tem sentido fortemente os efeitos dos juros reais em níveis elevados, uma sequência da política do

Banco Central (BC), que mantém a taxa de juros da economia (Selic) acima dos dois dígitos, hoje em 11,75%, com projeções de inflação baixa (3,86%).

Com os juros altos travando os investimentos e o consumo de bens e serviços no país, de janeiro a novembro de 2023, a indústria paulista, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulou uma queda de -1,4%. A produção industrial nacional, no mesmo período, variou apenas 0,1%.

Das indústrias que responderam a pesquisa da Fiesp e do Ciesp, “Rumos da Indústria Paulista”, 43,0% apontaram queda no volume de produção e 45,3% sinalizaram diminuição das vendas no mercado interno, nesta segunda metade do ano em comparação com os últimos seis meses do ano passado.

Participaram desta sondagem cerca de 30 das principais indústrias de São Paulo.

FGV: investimentos em máquinas e equipamentos retraem 7,1% no trimestre encerrado em novembro

Os investimentos em máquinas, equipamentos, material de construção, entre outros bens de capital, caíram 7,1% no trimestre encerrado em novembro de 2023, segundo o Monitor do PIB da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), divulgado na segunda-feira (22).

De acordo com a coordenadora do Monitor do PIB-FGV, Juliana Trece, o recuo do indicador FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), que mede o que se investe no país em bens de capital vem sendo puxado principalmente pela queda no segmento de máquinas e equipamentos.

Em novembro, o recuo do indicador FBCF foi de -1,4% em relação a outubro. No acumulado do ano, caiu -3,3%.

“No caso da FBCF, a forte retração, influenciada principalmente pelo fraco desempenho de máquinas e equipamentos, reflete-se diretamente na baixa taxa de investimentos. Esses fatores indicam certa fragilidade desse crescimento, o que liga um alerta para o futuro”, afirmou Trece, ao destacar

que, “adicionalmente, desde o trimestre findo em agosto de 2023, o segmento da construção também apresentou retrações que contribuíram para o fraco desempenho da FBCF”.

Do primeiro ao terceiro trimestre de 2023, a FBCF manteve-se em queda influenciada, principalmente, pelos juros reais que seguiram ao longo do ano altos por decisão do Banco Central (BC), que pouco atuou para redução da Selic, que encerrou o ano passado em 11,75% ao ano, mantendo os juros reais (descontada a inflação) entre os maiores do mundo.

“O que mais chama a atenção é a composição de máquinas e equipamentos, que desaba. Isso quer dizer que os empresários não estão ampliando a capacidade produtiva”, alertou Trece.

Assim, o Produto Interno Bruto (PIB brasileiro), que no primeiro trimestre havia demonstrado uma evolução puxada pelo bom desempenho da colheita de soja e milho, voltou a desacelerar no terceiro trimestre, registrando uma

alta de 0,1% em relação ao segundo trimestre (1,0%). No primeiro trimestre de 2023, o PIB havia crescido 1,4%, em relação ao trimestre anterior.

Segundo o Monitor do PIB-FGV, a atividade econômica brasileira registrou um crescimento de 0,5% em novembro em comparação com outubro. No acumulado em 12 meses até novembro, a alta é de 2,9%.

O Monitor do PIB-FGV é considerado uma “prévia” do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, calculado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre móvel encerrado em novembro de 2023, o consumo das famílias cresceu 2,8%, mas “um pouco abaixo da média acumulada até novembro de 2023, que foi de 3,3%”, destacou Juliana Trece.

A economista avalia que o PIB deve encerrar o ano de 2023 com alta em torno de 3%, devido à agropecuária, que se beneficiou de bons preços de commodities e de uma safra recorde.

“Estados Unidos, União Europeia e China estão investindo muito na reindustrialização, e na casa dos trilhões”, acrescenta o presidente do banco de fomento brasileiro

recém-completados. “A Suzano foi a primeira empresa privada a receber recursos do BNDES, décadas atrás. O banco teve papel fundamental nisso, porque o setor privado não queria correr risco de trazer o segmento de papéis e celulose para o Brasil”, apontou Mercadante, destacando que a Suzano é a quinta empresa brasileira que mais recebeu crédito na história do banco.

O montante total recebido pela Suzano foi de R\$ 15,273 bilhões, em valores não corrigidos pela inflação. Segundo Mercadante, desses R\$ 15 bilhões, parte significativa foi repassada como subsídio, como recursos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) – cerca de R\$ 609 milhões – e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) – no montante de R\$ 4,174 bilhões.

“A Suzano é a quinta empresa brasileira que mais recebeu crédito e recursos subsidiados na história do BNDES. Perde apenas para Petrobrás, Eletrobrás, Vale e para o Estado de São Paulo, sendo as três primeiras quando eram empresas públicas e o Estado paulista por ser o mais rico do país”, diz Mercadante.

“Temos um cenário desafiador e totalmente novo, porque a produção de motores com energia renovável é uma pauta nova. Precisamos ter a ambição de disputá-la. Como temos matriz energética limpa e temos uma grande liderança em etanol, biocombustíveis, o Brasil pode sair na frente”, acrescentou.

“Temos um cenário desafiador e totalmente novo, porque a produção de motores com energia renovável é uma pauta nova. Precisamos ter a ambição de disputar o mercado, e vai ser fundamental ter uma frota com combustível renovável”, afirmou Mercadante, que coordenou o programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023. Nas contas do

dirigente, a soja brasileira, por exemplo, pode ficar de 15% a 30% mais cara para exportação, perdendo competitividade no exterior, se as embarcações forem sobretaxadas.

SUZANO E O APOIO DO ESTADO

Na sexta-feira (27), em entrevista à jornalista Bela Megale, Mercadante respondeu também às críticas do CEO da Suzano, Walter Schalka, que afirmou que a indústria brasileira não precisaria de apoio do Estado. “É desconhecimento completo da história da empresa com BNDES”, disse Mercadante. O dirigente do BNDES, adendou que o banco deveria ser o “convidado especial” para a celebração do aniversário de 100 anos da Suzano,

Prévia da inflação recua para 0,31% em janeiro, diz IBGE

O preço dos alimentos pressionou a prévia da inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15). De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (26), a inflação foi de 0,31% em janeiro – com grande contribuição dos preços de alimentos e bebidas, que subiram 1,53% no primeiro mês do ano. Mas, abaixo da taxa de dezembro (0,40%).

O IPCA-15 acumula alta de 4,47% em 12 meses.

Dezesseis grupos pesquisados pelo IBGE, sete tiveram alta em janeiro. Além de Alimentação e Bebidas, houve aumento importante no preço de Habitação, Saúde e Educação.

Por outro lado, os preços

de Transportes registraram deflação, sentindo a queda no preço das passagens aéreas em 15,24% – , registrando o maior impacto individual negativo do mês (-0,16 p.p.) – e a redução . nos combustíveis (-0,63%), com recuo nos preços do etanol (-2,23%), do óleo diesel (-1,72%) e da gasolina (-0,43%), enquanto o gás veicular (2,34%) registrou alta.

Alimentação e bebidas: 1,53%; Habitação: 0,33%; Artigos de residência: 0,26%; Vestuário: 0,22%; Transportes: -1,13%; Saúde e cuidados pessoais: 0,56%; Despesas pessoais: 0,56%; Educação: 0,39%; Comunicação: -0,03%.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/previa-da-inflacao-recua-para-031-em-janeiro-segundo-ibge/>

BANCO DE FOMENTO

Além de crédito, o BNDES aportou R\$ 12,144 bilhões em capital na Suzano e em empresas adquiridas pelo grupo, segundo dados do banco. Esse valor está atualizado pelo CDI. “O BNDES foi sócio dos acionistas e da Suzano e de empresas adquiridas pelo grupo. Essa sociedade terminou bem em 2021. O BNDES ganhou dinheiro. Tivemos uma boa taxa de retorno, como acontece, em geral, nos investimentos que fazemos em ações”, prosseguiu Mercadante.

O presidente do banco público disse ainda que, “hoje, a Suzano tem, junto ao banco de fomento, um saldo devedor de R\$ 4,2 bilhões referentes a operações aprovadas recentemente, além de pedidos em análise no valor de R\$ 2,6 bilhões para serem contratados”.

“Os projetos com a Suzano são meritórios e qualificados. Os servidores do BNDES têm muito respeito por essa parceria e trajetória e pela contribuição que o banco teve para o grupo chegar onde está. A parceria é tão forte que um servidor do BNDES que está licenciado foi autorizado pelo banco a trabalhar na diretoria da Suzano. E ele pode atestar a verdadeira história da Suzano com o BNDES e o papel do banco para impulsionar o setor”, completou Mercadante.



Navio-sonda que está perfurando o poço Pitu Oeste na Bacia Potiguar Petrobrás conclui com segurança primeira perfuração de poço na Margem Equatorial

A Petrobrás comunicou oficialmente à Agência Nacional de Petróleo (ANP), na sexta-feira (26), a conclusão da primeira perfuração do poço exploratório de Pitu Oeste na Bacia Potiguar, na Margem Equatorial.

Durante o processo, foi identificada a presença de hidrocarboneto, mas a estatal diz que será preciso avaliar a viabilidade econômica da descoberta. O poço faz parte da concessão BM-POT-17 e fica em águas profundas a 52 km da costa do estado potiguar.

“A Petrobrás dará continuidade à pesquisa exploratória na região e planeja para fevereiro a segunda perfuração na Bacia Potiguar, no poço Anhangá, na concessão POT-M-762, a 79 km da costa do Estado do Rio Grande do Norte e próximo ao poço Pitu Oeste”, informa a empresa. Os indícios de petróleo no poço de Pitu vêm de 2014.

De acordo com a nota da Petrobrás, “a perfuração do poço exploratório em Pitu Oeste foi concluída com total segurança, dentro dos mais rigorosos protocolos de operação em águas profundas”, e reafirma que a estatal “está preparada para realizar com total responsabilidade atividades na Margem Equatorial”.

O resultado da perfuração do poço de Pitu é um passo importante para a ampliação da exploração da Petrobrás da Margem Equatorial brasileira, que se estende pelo litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte, e é considerada a nova fronteira do pré-sal.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou licença à Petrobrás para explorar um poço de petróleo que fica a mais de 500 km da foz do Rio Amazonas e a 2.800 metros de profundidade. A Petrobrás recorreu e aguarda decisão final.

A licença de operação para a perfuração do poço de Pitu Oeste e do poço Anhangá, na Bacia Potiguar foi obtida em outubro de 2023.

No Plano Estratégico 2024-2028, a Petrobrás prevê investimentos de US\$ 3,1 bilhões para pesquisas na Margem Equatorial.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@ig.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deus, 140 - Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco Ladainha contra retomada da refinaria de Abreu e Lima é lobby dos importadores

O lobby dos importadores de combustíveis resolveu iniciar uma campanha contra a retomada da construção Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, anunciada por Lula no final de semana. O fato do Brasil querer voltar a refinar o petróleo dentro do próprio país para atender, como já fazia, a demanda interna, a preços adequados, está atrapalhando os negócios e os lucros desses tubarões.

Eles escalam parte da mídia – que aceita ser porta-voz de seus interesses – para alardear que a decisão de Lula de retomar a construção da refinaria pernambucana era “repetir os erros do passado”. Só escondem o fato de que esses “erros do passado” são resultantes da alienação das refinarias do país, como fez Bolsonaro e Guedes, fazendo o país depender da importação dos combustíveis.

Desde os tempos de Getúlio Vargas, o Brasil refinava o seu petróleo, mesmo antes de produzi-lo internamente. Isso garantiu ao país o desenvolvimento de sua indústria de petróleo e também a segurança energética do país. Os governos neoliberais tentaram destruir tudo isso.

Os ataques contra a Petrobrás – que sempre existiram – se intensificaram com a chegada ao poder dos entreguistas a partir da década de 1990 e, também, na sua volta, em meados da década 2010.

Figuras como Joaquim Levy, Pedro Parente, Paulo Guedes e outros gostariam de vender não só as refinarias, mas a própria Petrobrás. O primeiro, contrariando o que Lula havia feito, começou com os “planos de desinvestimento”. Pedro Parente dolarizou os preços dos combustíveis e provocou aumentos quase diários dos preços dos combustíveis.

Parente, servicial das multinacionais, já havia provocado um prejuízo – segundo cálculos de Fernando Siqueira, ex-presidente da Aepet – da ordem de US\$ 100 bilhões à estatal, durante o governo FHC, ao vender as ações da empresa a preços subavaliados na bolsa de Nova Iorque. Essa política de destruição só não prosseguiu durante o governo Temer porque os caminhoneiros e o conjunto da sociedade não deixaram.

Quando Jair Bolsonaro e seu “chicagoboy”, Paulo Guedes, os maiores vendilhões da Pátria que o país já conheceu, se instalaram no Planalto, a partir de 2018, começou o esvaziamento da estatal e a venda das refinarias e de suas subsidiárias mais rentáveis. O plano inicial previa a venda de todas as refinarias, mas não deu tempo. Venderam quatro refinarias e cortaram recursos e investimentos nas demais.

O “grande erro”, na verdade, foi exatamente o de parar as obras – já iniciadas – das refinarias de Pernambuco e do Rio de Janeiro e suspender os planos de construção das outras refinarias no Norte e Nordeste. Aliás, não pararam só com as refinarias, deixaram também o país completamente dependente de importação de fertilizantes ao sabotarem as obras e venderem as fábricas de insumo agrícola. Foi uma verdadeira ferra com o patrimônio público.

O país, obviamente, passou a importar óleo diesel e outros combustíveis. Os importadores – os mesmos que iniciaram esta campanha atual contra a retomada da Abreu e Lima – ganharam bilhões importando combustíveis para abastecer o mercado nacional.

Eles elevaram ainda mais os seus já superlucros, obrigando, com apoio de Guedes e Bolsonaro, a Petrobrás a cobrar em dólar pelo combustível que refinava internamente e pelo mesmo preço do combustível importado, acrescido das taxas de importação. Era a famosa Paridade de Preços de Importação (PPI), que extorquiu a população brasileira, estrangulou a economia e jogou a inflação na lua.

O lobby alardeia os “erros do passado”, referindo-se às denúncias de propina que ocorreram na Petrobrás quando ela aumentou os investimentos e descobriu o pré-sal.

Mas, o que escondem é que a empresa perdeu, vendo-se fatiada e tendo seus ativos mais valiosos leiloados a preço de banana, como ocorreu com a BR, com os gasodutos, as refinarias, as fábricas de fertilizantes e os seus campos de petróleo, durante os governos desastrosos de Temer e Bolsonaro, infinitamente mais que os desvios feitos por alguns de seus diretores durante aquele processo.

Criticam a decisão do governo de voltar a investir no desenvolvimento soberano do país e na retomada das refinarias, como fez Lula no fim de semana, pois isso atrapalha os seus “super-mega-lucros”, obtidos com a importação. Essa grita toda, portanto, é perfeitamente compreensível e não interessa ao Brasil.

São grandes grupos monopolistas internacionais, disfarçados de empresas brasileiras importadoras – os famosos “testas-de-ferro” –, que não admitem a produção interna de combustíveis. O seu lobby e o de sua mídia querem, obviamente, continuar obrigando o país a importar combustíveis. Para eles, é um “desastre” produzir internamente a preços justos, como pode e deve fazer a Petrobrás, pois o que importa não são os interesses do País, mas, sim, seus escandalosos superlucros.

Brasil cita as decisões de Haia e cobra fim do genocídio em Gaza



“Israel transformou todas as pessoas em Gaza em alvos”, denunciou Euro-Med “Há 5 anos Brumadinho ficou sob a lama e a Vale até hoje não fez nada”, denuncia Lula

O presidente Lula usou as redes sociais na quinta-feira (25) para criticar o comportamento da empresa Vale no caso de Brumadinho, em Minas Gerais. Já faz cinco anos que a empresa causou um dos maiores desastres ambientais do país destruindo propriedades locais e matando 270 pessoas e nada foi feito para que os responsáveis paguem pelas vidas perdidas e pelo prejuízo causado.

“Hoje faz 5 anos do crime que deixou Brumadinho debaixo de lama, tirando vidas e destruindo o meio ambiente. 5 anos e a Vale nada fez para reparar a destruição causada”, denunciou o presidente. “É necessário o amparo às famílias das vítimas, recuperação ambiental e, principalmente, fiscalização e prevenção em projetos de mineração, para não termos novas tragédias como Brumadinho e Mariana”, acrescentou Lula.

A mineradora, que era exemplar quando era estatal, passou a ser gananciosa, predadora e extremamente irresponsável após a sua privatização em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso. Na fase estatal, a Vale do Rio Doce, como se chamava, tinha verbas para programas de defesa do meio ambiente. Com a privatização, isso acabou. Só prevaleceu a busca desenfreada por superlucros.

Além de extrair os minérios nacionais para vendê-los fora do país sem pagar impostos e burlando sistematicamente o pagamento justo pelos royalties, a Vale levou aos desastres, à destruição e às mortes, que estão impunes até hoje. O primeiro desastre havia sido em Mariana, em 2015, com o rompimento de uma barragem que matou 17 pessoas. De empresa exemplar, quando estatal, transformou-se, quando foi para as mãos dos monopólios privados – inclusive

Ministro da Defesa diz que clima hoje é outro e põe as Forças Armadas à disposição do TSE

O ministro da Defesa José Múcio afirmou, na terça-feira (23), que ele e as Forças Armadas brasileiras estão à disposição da Justiça Eleitoral para atuarem no pleito deste ano e que querem zelar pela democracia. “Estou à disposição, as Forças Armadas estão à disposição, precisamos fazer um trabalho desde

estrageiros – numa empresa predadora de uma empresa assassina. No dia 5 de novembro daquele ano, a Barragem do Fundão não conteve os 55 milhões de metros cúbicos de lama e arrebentou. A lama chegou em apenas 15 minutos à localidade de Bento Rodrigues, a 8 km da barragem. Esta cidade desapareceu soterrada pela lama e hoje restam somente escombros daquilo que eram casas. Por 16 dias, a lama seguiu o leito de 853 km do rio Doce e atingiu as cidades ribeirinhas provocando escassez de água, diminuição da pesca, do comércio e do turismo.

A lama chegou à bacia hidrográfica no dia 21 de novembro e os dejetos se espalharam num raio de 80 quilômetros causando graves prejuízos para a indústria local. Ao todo, 39 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde moram 1,2 milhões de pessoas, habitam nestas cidades e viram suas vidas afetadas. Mais dois mil hectares de terras ficaram inundadas e inutilizadas para o plantio.

A responsabilidade foi da Samarco, uma empresa administrada pela Vale e pela multinacional anglo-australiana BHP Billiton.

A tragédia de Brumadinho ocorreu há cinco anos, exatamente no dia 25 de janeiro de 2017. Às 12:28 foi o exato momento em que a barragem da mina do Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, na Grande BH, se rompeu matando 270 pessoas – três ainda continuam desaparecidas. Doze milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério foram despejados na bacia do Rio Paraopeba. Até o momento, ninguém foi punido.

As indenizações se arrastam por anos sem que as pessoas atingidas pelo estouro da barragem tenham o devido tratamento. É a esta ganância sem

fim da empresa que Lula se refere ao dizer que a “Vale nada fez para reparar a destruição causada”. Apesar de fazer propagandas televisivas tentando vender uma imagem de empresa preocupada com o meio ambiente, a Vale privatizada, com esse comportamento criminoso em relação às vítimas de Brumadinho, mostra que só pensa em superlucros e reduzir pagamentos de impostos.

Ouvindo pelo HP, o deputado estadual José Célio de Alvarenga, o Celinho Sintrocel (PCdoB-MG) denunciou a situação das vítimas da Vale. “A população de Brumadinho e das cidades do entorno, no leito do Rio Paraopeba, sofreram drasticamente, assim como a população de Mariana e do leito do Rio Doce anos antes. E, eu, como deputado do Rio Doce, conheci de perto esse impacto no decorrer dos anos na vida e na economia das cidades”, diz o parlamentar.

A Vale privatizada matou pessoas, destruiu cidades e segue prejudicando a população da região atingida por sua ganância sem fim.

Uma pesquisa da Fiocruz Minas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), divulgada em julho de 2022, mostrou a alta concentração de metais pesados a que foi exposta a população de Brumadinho. Os dados revelaram que, entre os adolescentes, alguns metais estavam, há época, acima dos limites de referência, com destaque para arsênio total na urina (28,9% com mais de 10 µg/g creatinina), manganês no sangue (52,3% com mais de 15 µg/L) e chumbo no sangue (12,2% com mais de 10 µg/dL). Nos adultos foram identificadas elevadas quantidades de níveis aumentados de arsênio total na urina (33,7%) e de manganês no sangue (37%).

Governo brasileiro defendeu a importância “do pleno e imediato cumprimento” das decisões da Corte

Diante do comportamento afrontoso de Benjamin Netanyahu às decisões da Corte Internacional de Justiça (CIJ), órgão ligado às Nações Unidas, sobre os crimes cometidos por Israel em Gaza, o governo brasileiro defendeu a importância “do pleno e imediato cumprimento” das decisões da Corte.

O juízes determinaram o fim das violações da Convenção das Nações Unidas sobre Genocídio, de 1948, mas o ditador israelense afirmou que vai continuar seus ataques indiscriminados na região.

“O Estado de Israel deve, em acordo com suas obrigações sob a Convenção Sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, em relação aos palestinos em Gaza, tomar todas as medidas em seu poder para prevenir o cometimento de todos os atos descritos no Artigo 2º da convenção”, declarou a presidente da corte, a americana Joan Donoghue.

O governo da África do Sul tinha solicitado também o cessar-fogo imediato como única forma de se “evitar” genocídio causado pelo bombardeio de Israel às populações civis da Palestina.

Após a decisão, o fascista Netanyahu fez um pronunciamento na TV israelense mentindo sobre as milhares de mortes de civis em Gaza e, descaradamente, afirmou que está “apenas se defendendo” e que seu objetivo é “destruir o Hamas”. Dois milhões de palestinos foram obrigados a abandonar seus lares e estão sendo deslocados para o sul de Gaza, e Netanyahu mente aciniosamente, dizendo que seu objetivo é “apenas destruir o Hamas”.

Outra cobrança feita pelos juízes da Corte de Haia foi que não se permita a sabotagem – que vem sendo feita por israelenses – à entrada de ajuda humanitária ao povo palestino na região atacada por Israel. Mais de 25 mil pessoas já morreram em Gaza, sendo metade delas, formadas por crianças e mulheres.

“Ao destacar o caráter juridicamente vinculante da deliberação da Corte, o governo brasileiro ressaltou a importância do pleno e imediato cumprimento da decisão”, diz nota do Itamaraty, divulgada na noite da sexta-feira (26).

Como punições da Corte, para terem efeito prático, precisam de aprovação do Conselho de Segurança da ONU – onde o governo dos EUA costuma usar

PF faz busca em endereços de Carlos Bolsonaro, conspirador da “Abin paralela”

O vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho de Jair Bolsonaro (PL), apontado pelo general Santos Cruz, ao sair do ministério, como responsável pela criação da “Abin paralela”, foi alvo de buscas da Polícia Federal (PF) na manhã da segunda-feira (29). A ação foi solicitada pela Polícia Federal, autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e contou com o apoio da Procuradoria Geral da República (PGR).

Agentes cumprem os mandados de busca e apreensão no gabinete do vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e em sua residência. Outros quatro mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos em Angra de Reis (RJ), Brasília (DF), Formosa (GO) e Salvador. De acordo com a PF, os investigados podem responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático alheio, organização criminosa e interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática sem autorização judicial, ou com objetivos não autorizados em lei.

A operação é desdobramento da Operação Vigilância Aproximada, que investiga a arapongagem de políticos, jornalistas e membros do Supremo por uma parte da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão do ex-diretor-geral Alexandre Ramagem.

Equipamentos da Abin que

vetos para acobertar os crimes de Israel – o governo brasileiro resolveu pressionar, afirmando na nota, ter a “convicção de que as medidas cautelares contribuirão para garantir o cumprimento da Convenção e a proteção dos direitos do povo palestino, bem como o necessário e imediato alívio humanitário, conduzindo à pronta cessação das hostilidades”.

O texto também defende a existência de dois Estados independentes e economicamente viáveis. “O Brasil reitera a defesa de um Estado palestino economicamente viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, que incluem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital”, diz a nota. Há também o pedido pela libertação de reféns de ambos os lados.

A decisão de Haia ainda não é um reconhecimento da prática de crime de genocídio por Israel – o que poderá ou não ser determinado apenas ao fim do julgamento do mérito do processo e não atende à principal medida cautelar solicitada pela África do Sul, que pedia o fim da operação militar contra Gaza.

Apesar disso, as medidas provisórias, que incluem o pedido para que Israel informe a Corte em 30 dias sobre seus esforços para cumprir suas determinações, está sendo vista como uma repreensão para os israelenses e uma vitória moral para os palestinos.

Veja as medidas cautelares determinadas pela CIJ a Israel:

1 – Tomar todas as medidas em seu poder para prevenir o cometimento de todos os atos descritos no Artigo 2º da convenção;

2 – Garantir, imediatamente, que seus militares não cometam nenhum ato descrito como genocídio pela convenção;

3 – Tomar todas as medidas para prevenir e punir incitações diretas e públicas sobre cometimento de genocídio em relação aos palestinos em Gaza;

4 – Tomar medidas efetivas para prevenir a destruição e garantir a preservação de evidências relacionadas a atos de genocídio contra palestinos em Gaza;

5 – Submeter um relatório à Corte, dentro de um mês, mostrando o que fez para garantir que as medidas cautelares estão sendo colocadas em prática.

deveria ser devolvidos foram achados na casa do ex-diretor do órgão, Alexandre Ramagem, nas operações de busca iniciadas na semana passada. A PF investiga como se dava a comunicação entre os agentes da espionagem ilegal e os destinatários, entre eles Carlos Bolsonaro.

A agência foi manipulada também para ser fonte de informações falsas, posteriormente disseminadas por perfis de extrema direita. Outra frente da investigação aponta que a Abin teria sido acionada para proteger os filhos de Bolsonaro.

Carlos Bolsonaro foi apontado pelo ex-brasão-direito de Jair Bolsonaro, Mauro Cid, como chefe de uma estrutura paralela montada dentro do Palácio do Planalto para atacar adversários e instituições – como o sistema eleitoral brasileiro. Neste fim de semana, Bolsonaro e seus filhos voltaram a atacar o Tribunal Superior Eleitoral.

Apurações da PF apontam que a Abin foi “instrumentalizada” para monitorar ilegalmente uma série de autoridades e pessoas envolvidas em investigações, e também desafetos do ex-presidente Jair Bolsonaro. A PF calcula que cerca de 2 mil pessoas podem ter sido espionadas durante o governo Bolsonaro. O uso criminoso da Abin ocorreu quando o órgão era chefiado por Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-chefe de segurança de Bolsonaro.

Vale lucrou R\$ 235 bilhões após tragédia de Brumadinho

Atingidos por Barragens criticam acordo “com esquema de propaganda” realizado com a mineradora responsável pelo desastre que matou 272 pessoas em Minas Gerais

O governo de Minas, junto com a Vale, tentam criar uma propaganda grande para esconder as violações que fizeram sem a participação dos atingidos. Interessa às instituições e ao governo Zema tentar criar uma imagem que não existe cinco anos depois”. As declarações são do coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Joceli Andrioli, em entrevista ao HP. “Foi um acordo que não discutiu a reparação integral dos atingidos”, continuou Joceli.

A crítica é endossada também pela vice-presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos Pelo Rompimento da Barragem Minas Córrego Feijão Brumadinho (Avabrum), Nayara Porto. “É mais uma vez o familiar (das vítimas) que não é reconhecido”. “Não tem balanço, ninguém nos considerou, não fomos convidados”. As famílias, segundo Nayara, só foram consultadas após o fechamento do valor entre a Vale e a Justiça.

No dia 19 último, na sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), num encontro que reuniu representantes das Instituições de Justiça e o Governo de Minas na sede do Ministério Público de MG ocorreu um balanço das ações no contexto dos três anos de celebração do acordo de reparação da tragédia-crime de Brumadinho.

Ocorrida em 2019, pelo rompimento das barragens da Vale no Córrego do Feijão, na região metropolitana de Belo Horizonte, a catástrofe causou a morte de 272 pessoas (três ainda estão desaparecidas) e provocou enorme destruição nos 26 municípios atingidos.

O acordo de reparação foi assinado em 4 de fevereiro de 2021 com o objetivo de executar ações reparatórias da região afetada, que inclui Brumadinho e outros 25 municípios da Bacia do Paraopeba. As iniciativas se propõem à reparação socioeconômica da região e contam atualmente com 110 projetos em execução nos 26 municípios atingidos, de acordo com os compromissos (os responsáveis pelo pacto).

Entre as ações em curso, foi citado o Programa de Transferência de Renda destinado às famílias atingidas e a Consulta Popular (fruto da luta dos atingidos), mas restam ainda mais de 160 projetos de melhoria que ainda não foram iniciados, segundo o procurador-geral de Justiça de MG, Jarbas Soares.

“As ações têm sido direcionadas a um bom propósito de realmente estruturação de políticas públicas. É necessário compreender que esse acordo é de natureza coletiva e de modo que busque-se a estruturação das políticas de saúde, de segurança, de educação”, disse Soares.

“É um acordo com esquema de propaganda para esconder a realidade e garantir que a empresa (Vale) continue impune, fazendo propaganda e ganhando dinheiro. Aliás, o acordo de Brumadinho permitiu à Vale ganhar muito dinheiro com a propaganda mentirosa que fez disparar o valor das suas ações”, rebateu o coordenador do MAB.

O representante do MAB também criticou a tentativa de superfaturamento das obras pela mineradora Vale, que revoltou os prefeitos do Vale do Paraopeba. “No caso dos municípios, eles definiriam as obras e a Vale iria realizar. Pela denúncia dos prefeitos, a Vale começou a fazer (as obras) com valor de três – a cinco vezes mais – do que as obras licitadas pelo Poder Público”.

“Os prefeitos se revoltaram, se articularam e foram pressionar e aí existe esse debate (hoje) de mudar (de atribuir às prefeituras a responsabilidade das licitações e execução dos projetos de reconstrução)”, explicou Andrioli.

NÃO BENEFICIA OS ATINGIDOS

“A sensação é a de que o acordo não foi benéfico para os atingidos. Essa sensação é reforçada pelo sigilo que se estabeleceu entre as instituições de Justiça e o governo decidindo tudo junto com a Vale sobre os termos da reparação e diminuindo os processos de participação popular”, disse à Hora do Povo a deputada estadual Bella Gonçalves (PSol). “O papel do nosso mandato”, continuou, “é sempre pressionar para que essa participação aconteça, porque só com o protagonismo dos atingidos a gente vai viver uma real reparação”. “E com a responsabilização, claro, dos criminosos, que até hoje não foram punidos”, completou a deputada.

O esforço na esfera legislativa tem contribuído para cobrar a participação dos atingidos nas discussões e também para exigir justiça. “A Assembleia de Minas, mesmo tendo sido formalmente excluída da discussão da reparação dos danos – em solução juridicamente questionável, – não se omitiu nas suas funções constitucionais no desastre de Mariana e nem de Brumadinho”, afirmou o deputado estadual José Célio de Alvarenga, o Celinho Sintrocet, do PCdoB.

O acordo destina R\$ 2,5 bilhões dos R\$ 37,6 bilhões totais para obras e ações em 26 municípios da Bacia do Rio Paraopeba atingidos pelo rompimento.

O procurador-geral da República em MG, Carlos Bruno Ferreira da Silva, defendeu que sejam ouvidas as comunidades tradicionais para definir como serão usados os R\$ 3 bilhões destinados à reconstrução das áreas afetadas. Defendeu ainda que o setor público que, “por vezes, pode executar (ações) melhores, em menos tempo e mais barato” execute as obras.

Citou o exemplo “malsucedido” de Mariana, também em MG, onde em 2015 o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, braço da Vale, causou mortes e destruição. A Fundação Renova, ligada à Samarco e responsável por discutir o acordo de reparação foi substituída pela Justiça Federal.

A entidade foi acusada de criminalizar e silenciar as vítimas, com ameaças, perseguições e de promover assédio e divisão entre as comunidades, ignorando os direitos dos atingidos e atuando com leniência no cumprimento dos acordos que ainda se arrastam.

FAMÍLIAS AINDA LUTAM POR INDENIZAÇÕES

“Em relação a Brumadinho, a situação não é diferente (de Mariana). Passados cinco anos da tragédia-crime, as famílias ainda lutam por indenizações”, critica o coordenador do MAB.

Até o momento, nenhum responsável por um dos maiores desastres-crimes ambientais da história do Brasil foi responsabilizado, apesar de documentos públicos e relatórios de três CPIs (Senado, Câmara e Assembleia Legislativa) atestarem que a Vale sabia que a estabilidade da barragem não era segura e que não adotou providências para tentar impedir a catástrofe.

Do total previsto no pacto, R\$ 11,06 bilhões destinaram-se ao governo de MG para ser repatriado entre as prefeituras. O anexo 1.3 do acordo garante R\$ 2,5 bilhões para projetos de políticas públicas nos municípios ao longo da bacia do Paraopeba e da represa de Três Marias, e o anexo 1.1 destina R\$ 3 bilhões para projetos voltados às comunidades atingidas.

O documento é composto por cinco anexos. O anexo 1 envolve as ações do programa de reparação socioeconômica; o 2 destina-se à reparação socioambiental; o anexo 3 envolve as medidas para a mobilidade social e o 4 destina-se aos programas de fortalecimento do serviço público.

O documento inclui também os chamados “Projetos Especiais”, como a construção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): Bombeiros e Defesa Civil; construção de Biofábrica Wolbachia e reestruturação da Fundação Ezequiel Dias (Funed), ambas das áreas de saúde e pesquisa. Também prevê avaliação de risco, monitoramento da qualidade da água para consumo humano e um memorial em homenagem às vítimas.

Vale ressaltar que os R\$ 37,6 bilhões acordados entre a Vale, governo e representantes da Justiça não envolvem as indenizações individuais. Trata-se de um montante para mitigar os efeitos da tragédia e reparar os danos físicos, econômicos, ambientais e demais impactos resultantes do rompimento da barragem.

A reportagem da Hora do Povo tentou entrevista com o procurador Carlos André e o promotor Leonardo Castro para que eles comentassem o fato de que, após cinco anos da tragédia-crime de Brumadinho, ninguém foi responsabilizado, entre outras questões.

Em resposta ao e-mail encaminhado, a assessoria de imprensa do MPMG se limitou a dizer que as questões enviadas seriam contempladas pelo balanço realizado no dia 20 de janeiro.

JOSI SOUSA



Protesto dos familiares das vítimas de Brumadinho na região onde acontecem as buscas pelos desaparecidos no crime da Vale



“Justiça” escrita sobre escombros das residências atingidas pela lama

Justiça Federal condena Samarco, Vale e BHP a pagar R\$ 47,6 bilhões por crime de Mariana

A Justiça Federal condenou a mineradora Samarco e suas acionistas Vale e BHP a pagar R\$ 47,6 bilhões para reparar os danos morais coletivos causados pelo rompimento da barragem ocorrido em novembro de 2015, em Mariana (MG). Conforme a decisão, publicada nesta quinta-feira (25), o montante deverá utilizado exclusivamente nas áreas impactadas.

O rompimento da barragem da mineradora Samarco, localizada na zona rural de Mariana (MG), liberou no ambiente uma avalanche de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Dezenove pessoas morreram. A lama devastou comunidades ao longo da bacia do Rio Doce, chegando até a foz no Espírito Santo.

Para reparar os danos causados na tragédia, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2016 entre o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Samarco e as acionistas Vale e BHP Billiton. Com base nele, foi criada a Fundação Renova, entidade responsável pela gestão de mais de 40 programas. Todas as medidas previstas devem ser custeadas pelas três mineradoras.

Passados mais de oito anos, existem negociações em andamento para repatriar o processo reparatório. O objetivo é selar um novo acordo que solucione mais de 80 mil processos judiciais acumulados. Há questionamentos sobre a falta de autonomia da Fundação Renova perante as mineradoras, os atrasos na reconstrução das comunidades destruídas, os valores indenizatórios, o não reconhecimento de parcela dos atingidos, entre outros tópicos.

Por discordar dos termos do TTAC, o MPF moveu, também em 2016, uma ação civil pública. Nela, todos os prejuízos foram estimados em R\$ 155 bilhões. Embora participe das negociações que visam a repactuação do processo reparatório, a dificuldade em alcançar um consenso de valores junto à mineradora levou o MPF a pedir ao juiz a antecipação parcial da análise do mérito da sua ação.

A expectativa era obter uma condenação das mineradoras referente às indenizações por dano moral coletivo, por dano social e por danos individuais homogêneos. O pleito foi apresentando também em conjunto com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Ministé-

rio Público do Espírito Santo (MPES), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Espírito Santo.

Foi em resposta a esse pedido que o juiz federal Vinícius Cobucci condenou as mineradoras. Ele avaliou que houve, na tragédia, “ofensa sistêmica a direitos fundamentais da coletividade, o que inclui, evidentemente, a fruição do bem ambiental”. Dessa forma, considerou que o processo está maduro para fixar indenização por danos morais coletivos.

“O estado de coisas anterior ao desastre não retornará. As perspectivas de desenvolvimento das comunidades e seus integrantes que então existiam à época do rompimento não mais subsistem. Além do sofrimento individual de cada vítima o ideal de coletividade, enquanto elemento que une as pessoas das comunidades atingidas e o ambiente em que viviam, foi impactado negativamente”, acrescentou.

O MPF e as demais instituições de Justiça signatárias do pedido divulgaram uma nota coletiva considerando que a decisão garante a reparação de direitos humanos violados. “Já foi suficientemente comprovada nos autos a lesão à coletividade causada pelo desastre”, registra o texto.

Em resposta à Agência Brasil, a Samarco informou que não faria comentários e a BHP Billiton disse que não foi intimada sobre a decisão. Em nota, a Vale também afirmou não ter sido notificada, mas observou que cabe recurso e afirmou que se manifestará no processo. A mineradora também disse estar comprometida em apoiar a reparação integral e que mantém os aportes feitos à Fundação Renova, em cumprimento às disposições do TTAC.

“Até dezembro de 2023, foram destinados R\$ 34,7 bilhões às ações de reparação e compensação a cargo da Renova. Desse valor, R\$ 14,4 bilhões foram para o pagamento de indenizações individuais e R\$ 2,7 bilhões em Auxílios Financeiros Emergenciais, totalizando R\$ 17,1 bilhões que beneficiaram pelo menos 438 mil pessoas”, acrescenta o texto divulgado pela Vale.

Na sentença, Cobucci rejeitou argumentos das mineradoras que alegaram que a questão já estava sendo equacionada no âmbito do TTAC. Segundo o magistrado, os programas do acordo respondem em parte a reparação material. Ele observou que as mineradoras fizeram constar no TTAC que elas não admitem qualquer responsabilidade

pela tragédia.

Como o dano moral coletivo pressupõe o reconhecimento expresso do nexo causal, ele só deve ser indenizado em caso de admissão de responsabilidade ou de condenação judicial. Dessa forma, esse dano sequer existiria para o TTAC.

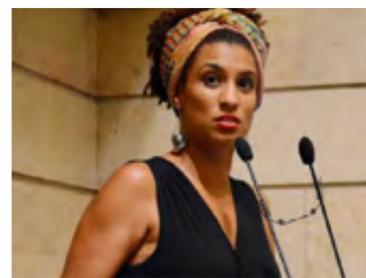
Para calcular o valor da condenação, Cobucci usou precedentes judiciais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que equiparam a indenização pelo dano moral coletivo à indenização pelo dano material. Assim, ele considerou dados divulgados pelas próprias mineradoras nos autos do processo: teriam sido destinados R\$ 31,7 bilhões para programas de reparação e compensação e cerca de R\$ 16 bilhões para indenizações individuais, somando o montante de R\$ 47,6 bilhões.

O montante deverá ser destinado ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), instituído por lei e regulamentado pelo Decreto 1306/1994. Ele é administrado por um conselho gestor que conta com a presença de representantes do executivo e da sociedade civil. O MPF também tem um assento. Os recursos não poderão ser destinados para projetos fora dos municípios atingidos.

O juiz pontuou que a condenação também tem o propósito atuar como garantia de não repetição e lembrou a tragédia ocorrida em Brumadinho (MG). No episódio, que completa exatos cinco anos nesta quinta-feira (25), o rompimento de uma barragem da Vale custou a vida de 270 pessoas e impactos nas comunidades da bacia do Rio Paraopeba. “A ausência de resposta jurídica adequada, no momento oportuno, possivelmente contribuiu para o rompimento da barragem em Brumadinho em 2019”, escreveu.

Os demais pedidos apresentados pelo MPF e pelas demais instituições de Justiça não foram acolhidos. Cobucci considerou que o dano social não é uma categoria autônoma e está inserido dentro do dano moral coletivo.

Sobre o pedido de indenização dos danos individuais homogêneos, o juiz considerou que se o pleito fosse atendido conduziria a uma condenação extremamente genérica. Segundo ele, o MPF não indicou categorias de grupos atingidos e também deveria apresentar provas que atestam a relação entre a tragédia e o dano de cada uma dessas categorias.



Vereadora Marielle Franco foi assassinada no Rio de Janeiro

Lessa aponta pessoa com foro privilegiado como o mandante da morte de Marielle

Apontado como o autor da execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, o miliciano, Ronnie Lessa, revelou o mandante do crime em um acordo de colaboração premiada enviado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Segundo fontes de diferentes veículos de imprensa relataram nesta terça-feira (23) que a delação de Lessa aponta que o mandante seria um político do Rio de Janeiro com foro privilegiado e que, em virtude disso, o acordo foi enviado para o STJ. Faltando menos de dois meses para o crime completar seis anos, no dia 14 de março, a delação de Lessa pode fazer com que o caso, enfim, seja concluído.

O acordo foi costurado quando a Polícia Federal assumiu as investigações, fevereiro do ano passado e, desde então, os termos para que Lessa aceitasse revelar o mandante do crime já estavam em andamento.

A Polícia Federal já havia obtido a delação de outro miliciano, o ex-PM Elcio de Queiroz, que admitiu ter dirigido o carro utilizado na emboscada à vereadora. Em seu acordo, Elcio chegou a citar o nome do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Domingos Brazão, como tendo envolvimento na morte de Marielle. A delação está na mesa do ministro Raul Araújo, do STJ.

Fontes citadas pelo portal ‘Intercept Brasil’ apontam o conselheiro do TCE-RJ Domingos Brazão como o mandante da execução. A principal hipótese é a de vingança contra Marcelo Freixo, ex-deputado estadual e atual presidente da Embratur.

Além de amigo de Marielle, Marcelo Freixo apoiou a candidatura de sua assessora à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Brazão já havia sido investigado, antes da delação, pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC), pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio e pela própria Polícia Federal, mas até então, o envolvimento do conselheiro do TCE com a morte da vereadora não havia sido comprovado.

Ele está no TCE desde 2015, quando foi indicado para o cargo de conselheiro. Em 2017, ele foi preso na Operação ‘Quinto do Ouro’, um desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro, sob acusação de receber propina de empresários e ficou quatro anos afastado do cargo.



Apagão de novembro em São Paulo

Reclamações contra a privada Enel subiram 52,88% em S. Paulo, Ceará e Rio de Janeiro

As queixas de consumidores pela péssima qualidade no fornecimento de energia pelas distribuidoras privatizadas no país bateram recorde em 2023, conforme dados da própria Aneel. Somente o grupo Enel, responsável por manter mais de um milhão de pessoas sem energia em São Paulo no mês de novembro, subiram 52,88%.

Nos 12 meses encerrados em dezembro, dado mais recente, 84.328 reclamações por qualidade do fornecimento de energia foram feitas ao órgão, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2014. Uma alta de quase 40% em comparação com o mesmo período de 2022.

As reclamações relativas ao Grupo Enel (com concessionárias no Rio, São Paulo e Ceará) subiram 52,88%. Para a Enel Rio, o número de reclamações pela qualidade do fornecimento saltou 103,98% de um ano para outro. A empresa atende Niterói, Região dos Lagos e Norte Fluminense.

Os dados são analisados pela Aneel, que pode aplicar multas ou outras sanções.

No Rio Grande do Sul, a prefeitura de Porto Alegre pediu à Aneel maior fiscalização da CEE Equatorial na semana passada. É a concessionária já é alvo até de uma CPI na Câmara Municipal.

Outras cidades gaúchas acionaram a Rio Grande Energia (RGE). Em Estrela, com pouco mais de 32 mil habitantes, João Carlos Schäfer, vice-prefeito em exercício, diz que na semana passada, após chuvas, cerca de 80% dos moradores ficaram sem luz por 72 horas. “Protocolamos uma ação civil pública e obtivemos uma decisão favorável. Fizemos uma representação na Aneel porque os problemas com a RGE são recorrentes”, disse.

CTB: após privatização da Cedae, tarifa subiu e povo foi abandonado



Fernando Frazão/Agência Brasil

Programa de reindustrialização permitirá crescimento e emprego de qualidade, diz Vagner Freitas

Segundo o Presidente do Sesi, Vagner Freitas, “o programa de reindustrialização apresentado à nação pelo presidente Lula vai gerar crescimento econômico e criar muito emprego de qualidade”. Vagner expôs como exemplo que “nós temos condição, competitividade e tecnologia para produzir plataforma de petróleo”, e a seguir questiona: “Por que, então, criar milhares de emprego no exterior e não aqui? A questão é que os grandes querem ver a gente exportando commodities a vida toda e importando os manufaturados”.

O programa de apoio à indústria prevê cerca de R\$ 300 bilhões de suporte. “Os americanos protegem à sua indústria com alguns trilhões”, disse o ex-sindicalista, na entrevista que concedeu à Band News. Ex-presidente da CUT, maior central sindical brasileira, foi nomeado presidente do Sesi pelo presidente Lula. Segundo Freitas, “isso facilitou muito a interlocução entre trabalhadores e empresários, fundamental para o sucesso do Programa”.

Para Wagner, “a experiência do agronegócio é muito bem-sucedida, porque o plano safrá terá financiamento de mais de R\$ 400 bilhões por ano. Na indústria vamos perseguir para fazer igual”, afirmou. “Tem que ter investimento do Estado. O setor privado não tem como fazer esse investimento sozinho”, declarou.

Na avaliação de Freitas, “o investimento vai ter que aumentar muito para que o projeto ganhe efetividade. Vai ter que reduzir os juros com vontade”.

O presidente do Sesi considera que o primeiro passo de um longo caminho foi dado. “O projeto foi muito bem capitaneado pelo vice-presidente Alckmin. Discutido amplamente no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial”. Para o ex-sindicalista, “as pessoas vão aprendendo com os erros”. “O Programa não foi direcionado para grupos de empresas. Não tem nenhuma prioridade para as megasempresas chamadas campeãs nacionais”, garantiu.

Tem que ter uma unidade nacional para que o projeto dê certo. “Final é a construção do Projeto Nacional de Desenvolvimento”, sintetizou.



Chuvas que atingiram o RJ deixaram 12 mortos e milhares desabrigados



Servidores e aposentados exigem reposição de perdas salariais durante protesto em Brasília

Servidores aposentados e pensionistas realizaram um ato público, na quarta-feira (24), Dia do Aposentado, em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, para reivindicar reajuste do vencimento básico da categoria.

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), afirmou em entrevista à TV Sindifisco que o ato foi “o momento de todos esses servidores que deram a vida pelo Estado brasileiro, contribuíram muito para as suas instituições, de marcaram presença e disseram ao presidente da República que não vão admitir, serem preteridos como estão sendo nessa negociação salarial de 2024”. Conforme a proposta apresentada pelo governo, não haveria reajuste nos salários neste ano, apenas em benefícios, o que excluiria de qualquer medida aposentados e pensionistas que não recebem auxílios como alimentação e assistência pré-escolar.

“Não bastasse o histórico das perdas salariais agravadas pelos governos Temer e Bolsonaro, fomos surpreendidos neste ano com a proposta de reajuste zero para os servidores do Poder Executivo. Contudo, os funcionários do Legislativo e do Judiciário serão beneficiados com reajustes salariais em 2024. Esse tratamento discriminatório é inaceitável! Vale destacar também que a proposta de reajuste dos valores dos benefícios sociais (auxílio-alimentação, auxílio-creche e ressarcimento saúde) anunciada recentemente pela ministra Esther Dweck não beneficia os aposentados(as) e pensionistas da União”, continua o documento.

Durante o protesto, uma comissão foi recebida por integrantes da Secretaria-Geral da Presidência da República para discutir as reivindicações e entregou um ofício direcionado à Presidência da República. No documento, as entidades destacam que os aposentados e pensionistas estão “sofrendo um inadmissível tratamento desigual por parte do Estado brasileiro, haja vista que as nossas aposentadorias foram drasticamente reduzidas em razão das contribuições previdenciárias dos inativos instituídas pela EC 41/2003 e da perda crescente do poder aquisitivo decorrente da suspensão dos reajustes de nossas remunerações”.

Nesta sexta-feira (26), a ministra Dweck declarou ao portal Metrópoles que algum reajuste aos servidores não está descartado. “Se você estiver cumprindo a meta de resultado primário e tiver um excesso de receita, a gente pode ter uma expansão da despesa em até R\$ 15 bilhões neste ano”. “Já está pactuado com os ministros que compõem a Junta de Execução Orçamentária, que parte disso seria [usada] para um reajuste dos servidores neste ano”, disse.

Na negociação com o governo, o Fonacate apresentou como contraproposta a recomposição salarial em três parcelas: a primeira de 9%, já em 2024; a segunda e terceira ambas de 7,5% em 2025 e 2026, respectivamente, contemplando o conjunto do funcionalismo, entre ativos e inativos. “Nós apresentamos uma contraproposta de 9%, já para 2024. Um reajuste geral linear que alcançaria, esses sim, os aposentados e não abrimos mão de que tenhamos já em 2024 um reajuste para todos

os servidores, pago de forma linear, sem discriminações”, completou.

De acordo com informações do Sindifisco, durante a reunião com representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, foi acordado que a pauta dos aposentados e pensionistas será incorporada às reivindicações dos servidores no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente. “Vamos complementar essa carta que foi entregue e então o presidente Lula deverá se pronunciar sobre o assunto. A ação de hoje foi importante, porque chamamos a atenção do governo para essa questão que é primordial: aposentados e pensionistas não podem ser abandonados, ficar à margem da reposição do processo inflacionário em seus vencimentos e remunerações, ainda mais porque outros poderes já têm acertado até o ano que vem uma reposição maior do que a concedida no ano passado”, avaliou Floriano de Sá Neto, diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco.

O ato foi organizado pelo Fonacate; Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional); Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef); Federação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Fenadsef); Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps); Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF) e Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap).

“Cadê os investimentos prometidos pelas concessionárias?”, questionou a CTB-RJ

Em meio à última tragédia provocada pelas chuvas no Rio de Janeiro, “fruto da ausência de obras de drenagem, sem nenhum tipo de planejamento ambiental”, a CTB-RJ (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) denuncia o abandono da população, em artigo publicado em seu site, questionando sobre o que foi feito com os bilhões da venda da Cedae, privatizada em 2021.

A entidade acusa o governador Cláudio Castro de, apesar dos R\$ 22,6 bilhões arrecadados com o leilão da Cedae – “um valor 114% superior ao estimado pelo próprio governo na época” –, deixar o Rio como “o terceiro estado mais desigual do Brasil (segundo o IBGE), com uma taxa de desemprego acima da média nacional, e 37,7% dos desempregados buscando emprego há pelo menos 2 anos”, e que, “no Grande Rio os trabalhadores empregados gastam mais de 1/3 dos seus salários com o transporte público”.

“Diante de mais uma tragédia climática, milhares de pessoas perdem suas casas, seus bens e ficam à mercê de cadastros para aguardar uma ajuda que não se sabe quando virá. O Governo Federal antecipou seus programas sociais para os moradores das cidades atingidas pelas chuvas, o governo do Estado não pode fazer o mesmo pois no ano passado decidiu acabar com o Supera RJ”, afirma a CTB. E questiona, após a privatização, “o que vimos de melhoria no fornecimento de água e no saneamento básico fluminense?”.

De acordo com o artigo, “o povo pobre e periférico, em sua maioria negro, convive com enchentes fruto da ausência de obras de drenagem, sem nenhum tipo de planejamento ambiental. O Fórum Rio de Mudanças Climáticas, que deveria preparar o Estado para enfrentar as mudanças climáticas não foi implementado, os investimentos em saneamento seguem escassos e com isso mais vidas são perdidas e mais pessoas ficam desabrigadas”.

O artigo afirma que as enchentes do Rio Acari – que afetou pelo menos 20 mil pessoas e dos rios que cortam a baixada

fluminense “são fruto da falta de planejamento ambiental do Estado” e questiona: “sem programas sociais, sem projetos de saneamento implementados, sem gestão ambiental e em constante crise econômica e social, fica a pergunta, onde foi parar os bilhões da criminoso venda da CEDAE?”.

“Cadê os investimentos prometidos pelas concessionárias? A água ficou mais cara e rara para o povo, o saneamento não avançou e as áreas pobres e periféricas seguem abandonadas. Fica a questão: a quem serviu essa privatização?”.

AUMENTO DE TARIFAS

E o artigo prossegue enumerando as consequências da privatização, como falta d’água, rompimento em série de adutoras que se espalham pelas periferias, morros e chegam até os bairros da classe média e a tarifa que aumentou o dobro da inflação, com autorização da Agência Reguladora (Agenera). “O que levou a Agenera a, no estado com os índices de desemprego e desigualdade que temos, autorizar o aumento da tarifa na ordem de 11,82% e 10,24% em 2022 e 2023, anos que tiveram IPCAs de 5,79% e 4,62%?”.

A CTB-RJ ressalta ainda o “duro golpe” a que os trabalhadores da Cedae foram submetidos, como “um nefasto PDV que além de lhes retirar direitos, reduziu a capacidade da própria empresa de atender às necessidades da população”.

“O histórico das privatizações mostra o que acontece com os serviços depois de entregues. Supervia, Light e o próprio leilão da Cedae estão aí para comprovar que a qualidade dos serviços prestados à população piora na mesma proporção em que os serviços se tornam mais caros”, afirma o artigo.

“Denunciado pela Polícia Federal e investigado em diversos inquéritos, o governador antes de acertar as contas com a justiça precisa acertar as contas com o povo e explicar como transformou R\$ 22 bilhões em pó e que benefícios trouxe para o povo a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal”, cobra a CTB-RJ.

MTE investiga terceirizada da Equatorial Energia por fraude em certificados de treinamento

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) investiga denúncias de fraude em certificados de trabalhadores da terceirizada da Equatorial Energia, no Rio Grande do Sul. A Secretaria Regional de Trabalho e Emprego do estado (SRTE-RS) identificou trabalhadores que receberam certificados mesmo não passando por treinamento, colocando os funcionários em risco por sua imperícia e provocando acidentes letais.

Em entrevista ao Sul21, o auditor fiscal Otávio Rodrigues, coordenador da fiscalização de acidentes na SRTE-RS, afirmou que as investigações identificaram trabalhadores que comprovadamente não estavam no dia, no local e no horário do treinamento para o qual receberam certificados. “Eram certificados completamente inconsistentes”, afirma.

As inconsistências foram apontadas, em relatório da SRTE, como fator causal de casos de imperícia por parte de trabalhadores e para a ocorrência de mortes. O documento afirma que procedimento instaurado tem como finalidade investigar o descumprimento das normas de segurança relacionadas ao meio ambiente de trabalho da inquirida, sobretudo aquelas relacionadas ao trabalho com eletricidade (NR-10), o que estaria ocasionando diversos acidentes de trabalho.

Em recente relatório de fiscalização, o Ministério do Trabalho e Emprego aponta para a existência de inúmeros acidentes de trabalho fatais em cidades do Rio Grande do Sul. Os mais

recentes acidentes fatais ocorreram em Bagé, Capão da Canoa e Palmareis do Sul. De acordo com Otávio, a Equatorial já foi notificada para adotar providências, como o afastamento das equipes que estão na ativa com certificados falsificados, o cumprimento de treinamentos, bem como o afastamento dos responsáveis e envolvidos nas fraudes. “Estamos ainda aguardando providências”, diz.

O auditor explicou, ainda em entrevista ao Sul21, que todos os trabalhadores que atuam no setor elétrico precisam passar pelos treinamentos previstos nas normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho (as NRs 10 e 12). Segundo ele, a Equatorial possui métodos e manuais extensos e complexos a respeito de todos os procedimentos que precisam ser adotados, mas que não eram seguidos pelas terceirizadas.

A precarização das condições de trabalho e de treinamento nas empresas terceirizadas pela Equatorial vem sendo apontada pelo Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (Senergisul). De acordo com o presidente da entidade, Antônio Jailson da Silva Silveira, a estimativa é que mais de 90% dos trabalhadores da Equatorial, que atuam junto a redes elétricas, são terceirizados. “Praticamente, a Equatorial não tem eletricitas trabalhando na rede. Os que sobram na época da CEEE trabalham na área de fiscalização, desvio de energia, furtos, não trabalham direto”, disse Antônio.



Seminário defende Previdência e a retomada de direitos dos aposentados

Na manhã desta segunda-feira (22), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) debateu em seminário a valorização da aposentadoria e o combate ao desmonte da Previdência. O seminário “Valorizar a Aposentadoria, Valorizar a Vida”, contou com palestras de especialistas no assunto como, Marco Barroso de Oliveira, advogado e presidente da Asaprev-BA, Dr.ª Cléia Costa, vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados e Sérgio Pardal Freudenthal e advogado e mestre em Direito Previdenciário.

O presidente da CTB, Adilson de Araújo, lembrou que nos últimos governos os direitos dos trabalhadores foram sistematicamente atacados. “Ao longo desse último período nós enfrentamos um conjunto de ataques aos direitos, à classe trabalhadora de forma substancial. A reforma da Previdência, a terceirização generalizada e irrestrita tiveram severas repercussões na vida do povo, sobretudo daqueles que mais necessitam. E esse diálogo vai no sentido de retomarmos um pouco a necessidade de enfrentarmos a reforma da previdência, que traz consigo um pacote de medidas que sugere um processo de desmonte do sistema de seguridade social e afeta a vida do nosso povo”, disse Adilson.

Sérgio Pardal da Freudenthal, mestre em Direito Previdenciário, falou das consequências das mudanças instauradas pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019, a “reforma” da Previdência de Bolsonaro, destacando alguns dos pontos que considera cruciais para o atual debate sobre direito previdenciário, entre eles a questão das desonerações, que prejudicam o financiamento da Previdência. “A questão da desoneração foi um erro terrível no governo Dilma. O atual governo agora sabe disso, também estão brigando para acabar”, disse.

Pardal também falou das perdas para os aposentados a partir da reforma, afirmando que com “os cálculos que foram

definidos pela emenda nº103, de 2019, as aposentadorias hoje, todas elas inclusive por invalidez, pagam 60% da média para quem tiver até 20 anos de contribuição. Só a partir do 21º ano é que soma +2%. Uma sacanagem. A pensão por morte eles jogaram para o tempo da ditadura, valendo 50% + 10% para cada dependente. Eu pergunto, por um acaso, quando o marido morre, a esposa passa a pagar meio aluguel? Não paga, então, evidentemente que as coisas não são assim”, destacou.

A mudança citada por Sérgio iniciou em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, através da então Medida Provisória (MP) 664. A partir dela, o benefício das pensões, que era integral, passou a ser de 50% do salário do falecido, com aumento de cotas de 10% para cada dependente, até o limite de 5 dependentes. Além disso, impôs um tempo de carência de 2 anos de contribuição e de união entre o casal para se ter acesso ao benefício.

“Defendo a volta da lei de 1991, que era 80% + 10% para cada dependente. Na época [até 1991], a invalidez pagava 80% da média + 1% para cada ano de contribuição, totalizando 81% com um ano de contribuição. Mudaram tudo para pior na pensão por morte, aposentadoria por invalidez e por idade. O cálculo atual é terrível, medonho”, disse o especialista.

“Precisamos mudar agora para recuperar a credibilidade do sistema, como foi feito em 88. Já fizemos mil coisas para isso. O momento é propício para uma mudança importante por meio de uma lei ordinária. O governo pode apresentar um projeto de lei para corrigir os cálculos e recuperar a credibilidade do sistema, como fizemos em 88. Precisamos pressionar, e a CTB deve levar o projeto aos deputados para discussão imediata. A Previdência deve estar na pauta, como afirmou o ministro, mesmo que setores duros do governo neguem. A Previdência está na pauta, e é essencial corrigir os cálculos imediatamente”, completou.



Abed Rahim Khatib/Anadolu Agency

Funcionários da ONU juntam os corpos Netanyahu bombardeia agência da ONU em Gaza e deixa 9 mortos e 75 feridos

Tanque da força agressora de Netanyahu disparou contra a Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados Palestinos no Oriente Médio (UNRWA, sigla em inglês) nesta quarta-feira (24). O prédio da ONU, localizado na região sul da Faixa de Gaza, Khan Younes, abrigava 800 palestinos que perderam seus lares sob o indiscriminado bombardeio israelense.

Segundo os dirigentes da entidade da ONU, o disparo assassinou nove palestinos e feriu 75. Os funcionários locais temem que este número se eleve como resultado dos ferimentos e das difíceis condições de transporte por ambulâncias e de condições hospitalares na Faixa de Gaza.

“Foram dois disparos de tanque que atingiram o prédio que, em parte, foi atingido por incêndio”, denunciou o diretor da UNRWA Thomas White.

Adnan Abu Hasna, diretor da entidade na cidade de Rafah, também denunciou o crime sem que a força israelense tenha dado qualquer aviso prévio. “Funcionários da ONU não conseguem chegar ao prédio devido à ameaçadora presença de tanques israelenses que tornam a situação muito perigosa”.

“Tentamos coordenar com o pessoal de Khan Younes a retirada de pessoas já deslocadas, mas, infelizmente não conseguimos”, acrescentou Hasna. “É um flagrante descaso das leis humanitárias internacionais”, disse Philippe Lazzarini, presidente da UNRWA. “O prédio é claramente marcado como unidade da ONU e suas coordenadas foram entregues às autoridades israelenses, assim como a ONU fez com todas as suas unidades”.

Até o Departamento de Estado dos EUA, costumeiro em dar respaldo a Israel, considerou, através de seu porta-voz, Vedant Patel, o ataque “incrivelmente preocupante”.

“Deploramos o ataque ao centro de treinamento da UNRWA. Civis devem ser protegidos e a natureza protegida das unidades da ONU deve ser respeitada”, disse ele.

FOGO SE ALASTRA

Israel segue em seu intenso ataque contra Khan Younes, atingindo centros médicos, entre outros. Até aqui foram registrados 660 ataques a instituições de saúde as mais diversas, aponta a Al Jazeera.

As autoridades de saúde de Gaza denunciam que, desde quarta-feira, o Complexo Médico Nasser situado em Khan Younes foi isolado por tanques que cercam os prédios com tropa que segue atirando no entorno do hospital.

Crescente Vermelho Palestino (Cruz Vermelha nos países árabes) também denuncia que o hospital Al Amal na mesma cidade está sob cerco israelense que impõe restrições de movimento tanto para entrar como para sair do hospital.

Acontece que Khan Younis foi denominada pela invasão israelense como parte da “região segura” para os palestinos na Faixa de Gaza, desde que estes saíssem da região norte, onde fica a maior cidade da Faixa, Gaza. Para Khan Younes de deslocaram centenas de milhares de palestinos no início da agressão israelense e, agora, é a cidade mais agredida de toda a Faixa.

Preso agonizou por 22 minutos em execução nos EUA por asfixia com o gás nitrogênio

Após apelo que foi rejeitado pela Suprema Corte dos EUA, o preso Kenneth Eugene Smith, de 58 anos, agonizou por 22 minutos em uma execução no Alabama com uso de asfixia por gás nitrogênio. A Associação Médica Veterinária norte-americana determina que a eutanásia de animais com gás só seja feita com sedação prévia.

Segundo o jornal The Guardian, depois de o gás ter começado a fluir, Smith contorceu-se na maca por longos minutos. Os carrascos do Alabama tinham asseverado previamente que o gás de nitrogênio faria com que o homem perdesse os sentidos e morresse em minutos. A execução ocorreu no corredor da morte da prisão de Holman, na quinta-feira (25).

Segundo a CBS, só é de uso corrente a aplicação de gás nitrogênio sem sedação no caso da eutanásia de galinhas. O alto comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Turk, afirmou que lamentava “profundamente a execução de Kenneth Eugene Smith no Alabama” e alertou que o método de “sufocamento por gás nitrogênio pode equivaler à tortura ou tratamento cruel” – ou seja, viola a lei internacional.

Turk destacou que o método “não está em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos” e que “pode causar sofrimento desnecessário e angustiante”. “Nunca vi um preso

a debater-se da maneira como o Kenneth Smith reagiu ao gás nitrogênio”, disse Lee Hedgepeth, jornalista que testemunhou a execução e que já cobriu outras quatro execuções antes, ao programa ‘Newsday’ da BBC.

O conselheiro espiritual de Smith, Jeff Hood, assistiu à morte. “Nunca vi nada assim. Foi uma tortura”, revelou. Segundo Hood, os policiais presentes ficaram “muito surpreendidos que [a execução] não tenha sido mais tranquila”.

Em novembro de 2022, Smith já fora submetido à execução com injeção letal, mas não conseguiram inserir uma seringa na veia dele para introduzir o veneno. O que o tornou uma das duas únicas pessoas vivas nos EUA que sobreviveram a uma tentativa de execução nos EUA.

Episódio descrito pela jornalista Robyn Penachia, com os agentes penitenciários passando “horas e horas tentando e não conseguindo inserir adequadamente uma injeção venal enquanto Smith estava amarrado a uma maca”.

Smith foi condenado em 1996 por um júri por um homicídio encomendado cometido em 1988 com prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional. Mas teve a pena alterada para sentença de morte por um juiz “sob um sistema de anulação judicial proibido no Alabama em 2017”, como apontou a Anistia Internacional.

Corte de Haia decide prosseguir o julgamento de Israel por genocídio



Juíza Joan Donoghue preside a Corte Internacional de Justiça localizada em Haia

Manifestantes tomam as ruas de Tel Aviv, Haifa, Jerusalém e Cesarea para exigir “Fora Netanyahu!”

Houve confrontos entre manifestantes e policiais quando uma caminhada realizada na noite deste sábado, 27, com milhares de pessoas, fechou a avenida Kaplan no centro de Tel Aviv. Os manifestantes conseguiram chegar até a praça do teatro Nacional, Habima.

No pátio situado diante do Museu de Arte de Tel Aviv, agora denominado Praça dos Sequestrados, também houve um ato neste mesmo sábado. O ato deste dia 27 foi dedicado aos mortos no Holocausto e aos reféns em Gaza sob o lema “Nunca Mais E Agora”. Os participantes do ato voltaram a exigir do governo israelense que chegue a um acordo com o Hamás para a liberação dos 136 israelenses ainda nas mãos da organização palestina.

Os manifestantes leram um curto manifesto respondendo a Netanyahu que, antes do ato, dissera que tais manifestações dificultam o retorno dos israelenses, afirmando que as manifestações “não adiantam nada e contribuem para as demandas do Hamás”. “Esperamos que o primeiro-ministro lembre que é um funcionário eleito e que seu trabalho é corrigir o erro cometido [referindo-se à falha de segurança na fronteira em 7 de outubro] e não o de reprovar aqueles cujos familiares foram sequestrados”, diz o texto lido na Praça dos Sequestrados.



Manifestantes em Haifa exigem “Eleições Já”

Em Jerusalém a polícia reprimiu os manifestantes e uma mulher foi filmada recebendo chutes dados por um policial. Questionada por um jornalista, a polícia disse que a mulher tinha atacado os policiais.

Manifestações contra o governo de Netanyahu aconteceram também em outras cidades por todo o país, entre elas Haifa, Herzliya, Kfar Saba, Rehovot, Beersheva e Cesarea, onde fica sua residência particular.

“Como é possível que este governo não faça de tudo para trazer os reféns de volta?”, questionou Ilan, cuja mãe, Aviva Siegel, foi liberada, mas seu pai ainda está em Gaza. Ilan participou do ato em Cesarea, diante da casa de Netanyahu.

Yair Samerano, que perdeu um irmão no dia 7 de outubro dirigiu-se ao premiê: “Não hesite,

faça tudo o que for possível para chegarmos a um acordo agora. O tempo é esse, não deixe os reféns para trás”.

Ali Zaidan, cujo irmão Yosef está sequestrado, disse: “Estamos aqui para que nos ouça. É a segunda vez que venho até aqui. Como pode ser que você, Netanyahu, não venha até aqui nos ver? Queremos respostas, falo por muitos em Israel cujas vozes não são ouvidas e digo que nunca vi uma unidade tão grande entre nós como agora. Pergunto: o que você nos dirá se estas 136 pessoas voltarem ao país em caixões?”.

Um dos organizadores do ato em Tel Aviv se dirigiu a Netanyahu: “Não nos venha dizer que nossa luta ajuda o outro lado! Se fosse um de seus filhos, será que você não estaria no frio aqui conosco?”.

Argentina para em defesa dos direitos sociais e trabalhistas atacados por Milei

LEONARDO W. SEVERO,
de Buenos Aires

Milhões de argentinos se somaram nesta quarta-feira (24) à Greve Geral convocada pelo movimento sindical e social para repudiar o ‘Plano Motoserra’ do fascista Javier Milei, o Decreto Nacional de Urgência (DNU) 70/2023 e a ‘Lei Ônibus’, um pacote que atenta contra direitos civis, sociais e trabalhistas conquistados ao longo de décadas.

Em Buenos Aires, centenas de milhares de pessoas tomaram a frente do Congresso Nacional com cartazes gigantes estampando “Pátria sim, FMI não”, e ridicularizando Milei como marionete dos cartéis transnacionais, a quem quer doar dezenas de empresas estratégicas como o Banco Nación, a ARSAT (de satélites e telecomunicações) e a YPF (de petróleo). Faixas gigantescas reivindicavam a garantia de direitos e a necessidade de valorização do trabalho, enquanto o governo tenta engatar uma marcha à ré.

Com um coro ensurdecedor de “Viva Perón”, as centrais sindicais repudiaram os que pretendem “reformar mais de 600 leis, os Códigos Civil, Comercial e Penal” por meio de “dispositivos absolutamente inconstitucionais e impostos sem qualquer debate”. Conforme os manifestantes, as medidas foram concebidas “por e para favorecer grupos econômicos, para realizar uma transferência brutal de rendimentos da maioria da sociedade para uma pequena minoria”, enquanto “a inflação corrói a renda de todos e eleva os preços a níveis insustentáveis”.



Uma multidão tomou o centro de Buenos Aires

“O DNU e a Lei Ônibus colocam em risco nossas pequenas e médias indústrias; atropelam e desconhecem garantias constitucionais individuais, direitos coletivos e trabalhistas; punem o mercado interno; põem em risco a soberania territorial, econômica, alimentar e ambiental; cortam o financiamento da saúde e da educação públicas, da pesquisa, das estruturas científicas e das instituições culturais; fragiliza o Código Civil; desprezam e negam aumentos de pensões e aposentadorias”, afirma o documento assinado pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT); pelas Centrais de Trabalhadores da Argentina (CTA-A e CTA-T), pela União dos Trabalhadores da Economia Popular (UTEPE) e por inúmeras organizações do movimento social e dos direitos humanos.

Conclamando a unidade para garantir que os parlamentares não cedam às pressões do desgoverno, as entidades esclarecem que as propostas de Milei “habilitam a privatização das empresas estatais, alienando o patrimônio público; autorizam a estrangeirização de nossos recursos naturais e toda a arquitetura jurídica que

sustenta o desenvolvimento nacional; concentram poder no presidente, desconhecendo a ordem republicana; desmantelam o Estado, para tirar-lhe o poder regulador, geram insegurança jurídica, desestimulando investimentos e, finalmente, constroem um aparelho repressivo e reformas do código penal, que não estão a serviço da segurança dos cidadãos, nem do combate à criminalidade e ao tráfico de droga, mas apenas da repressão dos protestos sociais e das manifestações sindicais e políticas”.

“Viemos com a Constituição nas mãos, que diz claramente que os direitos são progressivos e não podem voltar atrás”, afirmou o secretário-geral adjunto da CGT, Héctor Daer. Sendo assim, frisou que nenhum legislador pode “se distrair” com o que está sendo debatido no Congresso, uma vez que “o DNU desregula a economia”. “Querem destruir os direitos individuais e coletivos, os sindicatos e as organizações sindicais, os trabalhadores e a cultura. Eles atentam contra tudo o que é popular; querem privatizar até o esporte”, protestou.

Leia matéria na íntegra em:
www.horadopovo.com.br

Corte Internacional de Justiça acata denúncia da África do Sul e decide que julgamento de Israel por genocídio vai seguir adiante, negando pedido de arquivamento feito pela equipe de juristas indicados por Israel

Em decisão inédita, a Corte Internacional de Justiça da ONU em Haia acatou nesta sexta-feira (26) a denúncia da África do Sul de violação por Israel na Faixa de Gaza da Convenção das Nações Unidas sobre o Genocídio, negou a Israel seu pedido de arquivamento do processo e, em caráter urgente, determinou que Israel aja para prevenir e punir o incitamento ao genocídio, garanta que suas tropas não cometam genocídio, preserve as eventuais evidências de genocídio e reporte sobre todas as ocorrências à CIJ (que enviará e receberá informações da parte querelante, a África do Sul) e exige ainda que Israel garanta a ajuda humanitária e os serviços básicos cuja ausência coloca em risco a população palestina mantida sob cerco.

Na decisão de 29 páginas, lida pela juíza presidente, a norte-americana Joan Donoghue, a Corte de Haia determinou que há evidências suficientes para sustentar uma acusação de genocídio e enquadrar as ações de Israel nas disposições da Convenção do Genocídio e, através de sua leitura da decisão, a Corte se declarou competente para decidir sobre medidas emergenciais no caso dos ataques de Israel à Faixa de Gaza, ainda que não tenha estabelecido a urgência de um cessar-fogo, conforme havia sido pedido pela África do Sul.

A decisão não é a palavra final do tribunal sobre se as ações de Israel equivaleram a genocídio – decisão que pode demorar anos –, mas fornece um forte indicio de que os juizes acreditam que há um risco crível para os palestinos sob a Convenção de Genocídio.

A adoção de medidas urgentes foi acolhida por uma ampla maioria do painel de 17 juizes da Corte de Haia (15 a favor, 2 contra, incluindo o juiz indicado por Israel).

Na véspera, porta-voz do governo israelense dissera esperar que o principal tribunal da ONU “rejeite essas acusações espúrias e especiosas”. A decisão criou obrigações legais internacionais para Israel e disse que todas as partes na Faixa de Gaza estão vinculadas ao direito internacional.

A Corte determinou também que Israel, dentro de um mês, preste conta das medidas tomadas. Os aplausos irromperam entre os apoiadores pró-Palestina que se reuniram em frente à CIJ, em Haia, quando o tribunal decidiu que Israel deve “tomar todas as medidas ao seu alcance” para impedir todos os atos dentro do escopo da Convenção sobre Genocídio, apesar da frustração quanto ao cessar-fogo.

Para obter medidas temporárias, o que a África do Sul precisava provar é que o tribunal tem jurisdição à primeira vista, ou “prima facie”, e que alguns dos atos de que se queixa – neste caso, incluindo o número de mortos e o deslocamento forçado de palestinos em Gaza – podem se enquadrar na Convenção sobre Genocídio.

A África do Sul saudou a decisão da CIJ como uma “vitória decisiva” para o Estado de Direito Internacional e disse que continuará a agir dentro das instituições de governança global para proteger os direitos dos palestinos em Gaza e agradeceu ao tribunal por sua rapidez.

“Hoje marca uma vitória decisiva para o Estado de Direito internacional e um marco significativo na busca de justiça para o povo palestino”, disse Pretória. “A África do Sul sinceramente espera que Israel não aja para frustrar a aplicação desta ordem, como tem publicamente ameaçado fazer, mas que ao invés agir para cumpri-la integralmente, como está obrigada a fazer”.

Decisão da CIJ é um “lembrete importante de que nenhum Estado está acima da lei”, sublinhou o Ministério das Relações Exteriores palestino. “Os juizes da CIJ avaliaram os fatos e a lei, decidiram a favor da humanidade e do Direito Internacional”, afirmou Riyad al-Maliki, ministro das Relações Exteriores palestino, em discurso televisionado na sexta-feira.

Ele acrescentou que a Palestina pediu a todos os Estados que garantam que as medidas ordenadas pelo tribunal sejam implementadas “incluindo por

Israel, a potência ocupante”.

Sami Abu Zuhri, um alto funcionário do Hamás, disse à Reuters que a decisão da CIJ é um desenvolvimento importante que contribui para isolar Israel e expor seus crimes em Gaza. Ele também pediu que Israel seja forçado a implementar as decisões do tribunal.

Já Benjamin Netanyahu, que no início do mês havia dito que “ninguém vai nos parar, nem Haia”, reagiu à decisão da CIJ prometendo continuar “a defender a nós mesmos e aos nossos cidadãos, respeitando o direito internacional”.

Ele também chamou o morticínio em Gaza e o deslocamento da população palestina de “uma guerra justa como nenhuma outra”. Usando de sua manjada empáfia, disse ainda que a disposição da CIJ de discutir alegações de genocídio contra Israel é “uma vergonha que não será apagada por gerações”.

NO BANCO DOS RÉUS

A presidente da CIJ, juíza Joan Donoghue, afirmou que o tribunal está “plenamente consciente” da extensão da tragédia humana na Faixa de Gaza e que há evidências suficientes para sustentar uma acusação de genocídio e enquadrar as ações de Israel nas disposições da Convenção do Genocídio. “O tribunal considera que não pode acatar o pedido de Israel para que o caso seja removido da lista geral”, sublinhou.

Donoghue mencionou ainda “baixas maciças” e “extensa destruição” de infraestrutura em Gaza e disse que isso resultou no “deslocamento da esmagadora maioria da população em Gaza”.

A presidente da CIJ também registrou a “linguagem desumanizante” usada contra os palestinos e disse que o tribunal tomou nota de uma série de declarações feitas por altos funcionários israelenses, chamando atenção principalmente para as falas do Ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, que ordenou um “cerco completo” a Gaza e disse que suas tropas lutavam contra “animais humanos” – um dos pontos centrais da argumentação da África do Sul. Também a declaração do presidente de Israel, Isaac Herzog, de que “é uma nação inteira lá fora [isto é, todos os palestinos, não apenas o Hamás] que é responsável”.

“O tribunal considera que a população civil na Faixa de Gaza continua extremamente vulnerável. Recorda que a operação militar conduzida por Israel após 7 de outubro de 2023 resultou, nomeadamente, em dezenas de milhares de mortos e feridos e na destruição de casas, escolas, instalações médicas e outras infraestruturas vitais, bem como deslocamentos em grande escala. O tribunal observa que a operação está em andamento e que o primeiro-ministro de Israel anunciou em 18 de janeiro de 2024 que a guerra, cito, “levará muitos meses mais longos””.

Ao negar a Israel o pedido de arquivamento do processo, a Corte de Haia determinou ainda que este deve “tomar todas as medidas ao seu alcance para evitar” matar palestinos, causar-lhes sérios danos corporais ou mentais, infligir deliberadamente condições de vida calculadas para provocar a destruição física no todo ou em parte do grupo palestino e impor medidas destinadas a impedir o nascimento de palestinos.

“O tribunal também é da opinião de que Israel deve tomar medidas dentro de seu poder para prevenir e punir a incitação direta e pública a cometer genocídio em relação aos membros dos grupos palestinos na Faixa de Gaza”, disse ela.

“O tribunal considera ainda que Israel deve tomar medidas imediatas e eficazes para permitir a prestação de serviços básicos e assistência humanitária urgentemente necessários para enfrentar as condições adversas de vida enfrentadas pelos palestinos na Faixa de Gaza”.

A Corte de Haia também se pronunciou “seriamente preocupado” com o destino dos reféns sequestrados de Israel em 7 de outubro “e pediu sua “libertação imediata e incondicional”.

Leia matéria na íntegra em:
www.horadopovo.com.br



Reprodução

China cresceu 5,2% e EUA, 2,5% em 2023. Eis a razão do “nervosismo” americano

Foram divulgados recentemente, pelos órgãos competentes de cada país, os resultados do desempenho econômico da China e dos EUA no ano de 2023. Resultados de alguns outros membros da União Europeia no ano também já tinham sido divulgados.

Em relação à China, sua economia cresceu 5,2% no ano passado, enquanto a dos EUA, ficou em 2,5% no mesmo período. Economistas ocidentais fizeram análises contraditórias, para não dizer estapafúrdias, sobre esses resultados, falando, por exemplo, em “desastre do primeiro” e comemorando o “bom desempenho” do segundo.

O economista inglês Michael Roberts rebateu essas análises equivocadas nesta sexta-feira (26), com o artigo “China versus EUA”, publicado em seu blog na internet. Roberts mostra que o crescimento chinês é robusto, enquanto a economia dos EUA se arrasta e as do G7 (grupo que reúne EUA e seus seis satélites) estão em, estagnação ou em recessão. Ele afirma ainda que os investimentos públicos do gigante asiático não são o problema, como alardeiam os economistas ocidentais, muito pelo contrário, eles têm sido a força que está transformando a economia chinesa na única grande potência manufatureira no mundo.

“O Escritório de Orçamento do Congresso dos EUA, que faz as projeções econômicas oficiais para a formulação de políticas do governo dos EUA, projeta que a economia dos EUA crescerá 1,8% ao ano até 2033 e 1,4% ao ano a partir de então. Mesmo que a maior taxa de crescimento anual fosse alcançada, a economia dos EUA crescerá apenas 39% entre 2020 e 2035, enquanto a China crescerá 100%. Ou seja, o crescimento da China seria mais de duas vezes e meia mais rápido que o dos EUA”, diz Roberts. Confira!

CHINA VERSUS EUA

MICHAEL ROBERTS (*)

A economia dos EUA cresceu 2,5% em 2023 em relação a 2022, de acordo com a primeira estimativa do PIB real para o 4º trimestre divulgada nesta semana. Isso foi recebido com arrebato pelos economistas ocidentais tradicionais – os EUA estão se movimentando e os “meteorologistas da recessão” se provaram muito errados.

AVALIAÇÕES CONTROVERSAS

No início da semana foi anunciado que a economia chinesa cresceu 5,2% em 2023. Em contraste com os EUA, isso foi condenado pelos economistas ocidentais como um fracasso total (com a China usando dados provavelmente falsos de qualquer maneira) e demonstrou que a China está em apuros. Assim, a China cresce o dobro da taxa dos EUA e supera a economia do G7 com melhor desempenho em um longo caminho, mas é a China que está “falhando”, enquanto os EUA estão “crescendo”.

Os economistas ocidentais continuam a argumentar que a economia chinesa está indo pelo ralo. Eu rejeitei este refrão familiar em várias ocasiões. Não é porque eu apoie inquestionavelmente o chamado regime partidário “comunista” – pelo contrário. É porque a crítica ocidental não é correta – e também porque o objetivo dessa crítica é destruir o papel predominante do setor estatal da China e sua capacidade de sustentar o investimento e a produção. A crítica visa desviar a atenção da realidade de que as economias capitalistas ocidentais (além dos EUA, ao que parece) estão em estagnação e quase em queda.

Tomemos isso como exemplo da visão ocidental da China: “o modelo econômico chinês esgotou-se e que uma reestruturação dolorosa é necessária”. Na verdade, se olharmos para a taxa de crescimento dos EUA de 2020-23 e compararmos com a taxa média de crescimento entre 2010-19, mesmo a economia dos EUA está com desempenho inferior. Na década de 2010, a taxa média anual de crescimento real do PIB dos EUA foi de 2,25%. Na década de 2020 até agora, a média é de 1,9% ao ano.

QUEM ESTÁ ESTAGNADO?

Se compararmos a taxa de crescimento de 5,2% da China com o resto das principais economias, a diferença é ainda maior do que com os EUA. Japão cresceu 1,5% em 2023; França 0,6%, Canadá 0,4%, Reino Unido 0,3%, Itália 0,1% e Alemanha caiu -0,4%. Mesmo em comparação com a maioria das grandes economias ditas emergentes, a taxa de crescimento da China foi muito maior. Atualmente, a taxa de crescimento do Brasil está entre 2% e 3% ao ano, México 3,3%, Indonésia 4,9%, Taiwan 2,3% e Coreia 1,4%. Apenas a Índia, com 7,6%, e a economia de guerra da Rússia, com 5,5%, é maior (do que as grandes economias).

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Exército da União Soviética libertou Auschwitz há 79 anos



Soldados do Exército Vermelho com as crianças recém-libertadas de Auschwitz

Biden corta recursos para ONU ajudar palestinos logo após Haia aceitar denúncia contra Israel

Pouco mais de 24 horas depois da decisão da Corte Internacional de Justiça da ONU de prosseguir com o processo contra Israel por genocídio e incitação ao genocídio, o governo Biden anunciou o corte do financiamento à agência para os refugiados palestinos (UNRWA), criada em 1949 pela Assembleia Geral da ONU após a Nakba (expulsão pelo terror de quase um milhão de palestino em 1948).

O pretexto para a abjeta retaliação é que, segundo o regime de Netanyahu, “12 (doze) de 13 mil (treze mil) funcionários da agência em Gaza teriam, supostamente, algum vínculo com o ataque do Hamas de 7 de outubro, o que ainda não está comprovado.

Isso foi feito quando a ONU já advertira que pelo menos um quarto da população de Gaza enfrentava uma “fome catastrófica”. O endosso de Washington ao genocídio, agora através do apoio à execução pela fome, foi prontamente seguido por Londres, Berlim, Roma e Camberra.

O caráter de punição coletiva aos dois milhões de palestinos de Gaza foi prontamente denunciado pela Relatora especial



Agência da ONU é uma das principais fontes para a sobrevivência dos palestinos em Gaza (UNRWA)

da ONU para a Palestina, Francesca Albanese: “um dia depois que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) concluiu que Israel está plausivelmente cometendo genocídio em Gaza, alguns Estados decidiram desfinanciar a Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA), punindo coletivamente milhões de palestinos no momento mais crítico e, muito provavelmente, violando suas obrigações sob a Convenção sobre Genocídio”.

O chefe da agência da ONU para os refugiados palestinos (UNRWA), Philippe Lazzarini, se disse “chocado” com a decisão de Washington de cortar os recursos para a assistência aos 2,3 milhões de palestinos “quando a fome se alastra em Gaza”, com o enclave palestino devastado por quase quatro meses de bombardeios israelenses implacáveis, que mataram ou feriram 90 mil palestinos e expulsaram 90% das famílias de suas casas.

Leia mais no site do HP

Agricultores franceses bloqueiam estradas em repúdio a corte do subsídio ao diesel

Milhares de agricultores franceses cercaram a capital Paris nesta sexta-feira, 26, seguindo diversos dias de produção de engarrafamentos nas proximidades das principais cidades francesas e também realizaram protestos diante de prédios governamentais.

Os agricultores se insurgem contra o aumento de preços do diesel, elevações que tiveram início após os atritos com a Rússia instados pelos EUA que culminaram com a explosão de gasodutos que transportavam o gás russo mais barato aos centros de abastecimento da Europa.

Uma das rodovias principais que chega do norte a Paris foi bloqueada desde a manhã de sexta, causando grandes engarrafamentos.

Da mesma forma, cerca de 400 quilômetros de rodovias em torno da cidade de Lyon e até a fronteira com a Espanha ficaram paralisados.

Um dos manifestantes se referiu a declarações do recém-indicado primeiro-ministro Gabriel Attal que, em visita a uma região de atividade pecuária, disse que o governo iria deter o aumento dos preços de combustível em meio a uma fala que soou demagógica aos ouvidos dos agricultores: “Vocês mandaram uma mensagem e nós ouvimos, vamos colocar a agricultura acima de tudo o mais”.

“Nós não queremos mais palavras, nós queremos atos”, disse Sebastian, um jovem agricultor que participava de um bloqueio de estrada em torno do aeroporto de Blagnac, nas cercanias da cidade de Toulouse.

A principal entidade de agricultores franceses, FNSEA, avaliou em 55.000 a quantidade de participantes nos protestos desta sexta.

Arnaud Rousseau, que preside a FNSEA, chamou de continuação da mobilização. Ele se pronunciou logo após a fala de Attal e declarou: “O que foi dito esta tarde não nos acalma, nem diminui nossa ira, temos que seguir adiante. Ele não atendeu a nossas expectativas”.

Rousseau expressa a revolta dos agricultores com a recente medida do governo francês de cortar um subsídio para o diesel usado para abastecer equipamentos agrícolas.

“A taxa específica do diesel para a agricultura é realmente uma prioridade, traz uma redução de custo crucial”, afirmou Thierry Cazemajou, que tem plantações de milho e feijão verde e vende para grandes indústrias de vegetais enlatados.

Leia mais no site Hora do Povo

Com a “guerra fria” através da Ucrânia indo mal, a Otan agenda as maiores manobras desde 1988

A escala das manobras Steadfast Defender 2024 da Otan, com 90 mil militares de 31 países, as maiores das últimas décadas, indica o retorno final da aliança imperial aos métodos da Guerra Fria, advertiu o Ministério das Relações Exteriores da Rússia, que também sublinhou que tais provocações não intimidam Moscou, que tem todos os recursos para garantir sua segurança e defesa.

“Estes exercícios são outro elemento da guerra híbrida desencadeada pelo Ocidente contra a Rússia. Um exercício desta envergadura – 90 mil efetivos e com a participação de 31 países – marca o regresso final e irrevogável da Otan aos esquemas da Guerra Fria, quando o processo de planejamento militar, os recursos e as infra-estruturas estão orientados para o con-

fronto com a Rússia”, disse o vice-chanceler Alexander Grushko em entrevista à RIA Novosti.

“Quaisquer eventos desta escala aumentam significativamente o risco de incidentes militares e desestabilizam ainda mais a situação de segurança”, assinalou Grushko. Mas – observou – os interesses da segurança europeia hoje pouco preocupam os que estão no topo da Otan: o principal para eles é manter este instrumento de influência americana à tona na luta já perdida para manter a hegemonia ocidental no mundo”.

A RT, o professor da Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Vladimir Vinokurov, chamou a atual política da Otan de “Guerra Fria 2.0”.

“Concordo com a avaliação do vice-ministro Grushko. O próximo exercício é o maior desde a Guerra Fria. As ações da Otan mostram que já estamos numa era que pode ser chamada de Guerra Fria 2.0”, afirma o analista.

Na quinta-feira passada, em uma conferência de imprensa em Bruxelas, o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Aliadas da Otan na Europa, o general norte-americano Christopher Cavoli, anunciou que “o exercício Steadfast Defender 2024 terá início na próxima semana e durará até ao fim de maio”. Ele acrescentou que durante o STDE24 será dada especial atenção à transferência de tropas norte-americanas de EUA para a União Europeia.

Leia íntegra no site

Em 27 de Janeiro de 1945 as tropas do Exército Vermelho libertaram os sobreviventes judeus, poloneses e prisioneiros de guerra, entre outros, da infame “Fábrica da Morte” do regime hitlerista

O nome que se tornou sinônimo de genocídio, terror e trabalho escravo, Auschwitz, foi revelado ao mundo em 27 de janeiro de 1945, quando tropas soviéticas que avançavam na Polónia em perseguição às forças nazistas chegaram ao que até então era um ‘quartel’ no mapa e se depararam com o maior centro de extermínio sob Hitler, um complexo de 40 campos em que foram martirizados pelo menos 1,3 milhão de pessoas, 90% judeus, mas também soviéticos, poloneses, ciganos ou simplesmente deficientes físicos, entre 1940 e 1945.

Sete a oito mil prisioneiros permaneciam no campo, quando os soviéticos chegaram. Eram muito poucos os que sobreviveram às câmaras de gás e aos fornos crematórios, ao trabalho escravo, às torturas, ao arbítrio sádico, à inanição, ao frio, às doenças, às experiências macabras nas quais seres humanos eram usados como cobaias. O uso do gás Zyklon-B, da IG-Farben-Bayer, para o extermínio em massa, foi primeiro testado em prisioneiros soviéticos e poloneses.

Grandes monopólios alemães, como a IG-Farben-Bayer e a Krupp, operavam no complexo de unidades fabris com mão de obra escrava, o que explica o horrendo dístico “Arbeit Macht Frei” [O Trabalho Liberta]. Assim que os trens chegavam, os cativos eram separados entre os aptos para o trabalho e os que seriam levados direto para o extermínio.

A “Fábrica da Morte” chegou a aniquilar seis mil seres humanos por dia. O segundo grupo era obrigado a tirar a roupa e sentar sob chuveiros. Os guardas nazistas despejavam gás nas câmaras seladas e esperavam as pessoas morrerem, o que levava 20 minutos. As paredes, apesar de espessas, não eram capazes de abafar os gritos daqueles que se sufocavam ali dentro. Era em Auschwitz que o médico das SS Josef Mengele conduzia seus ‘experimentos’ desumanos em prisioneiros..

PERPLEXIDADE

As tropas que entraram no campo de Monowitz eram do 60º Exército do general Kurochkin, vindas da frente ucraniana, marchando desde a cidade polonesa de Cracóvia, cerca de 45 quilômetros a oeste do campo, com o objetivo de tomar Katowice, uma cidade industrial a cerca de 25 quilômetros a noroeste de Auschwitz.

Atravessando a neve até os joelhos, os soldados de infantaria soviéticos das três divisões que compõem o 60º Exército – o 107º, o 100º e o 322º – lutaram repetidamente contra as tropas alemãs entrenchadas ao longo do caminho. Na manhã de 27 de janeiro, enquanto a 107ª divisão contornava a cidade polonesa de Oswiecim, adjacente ao campo de Auschwitz, tropas da 100ª divisão entraram no campo de Monowitz, a três quilômetros a leste de Oswiecim.

No relato da RT, Primo Levi, um dos prisioneiros sobreviventes, lembrou que os primeiros soldados soviéticos que entraram no campo não tinham ideia de onde haviam entrado.

“Eles não nos cumprimentaram, nem sorriram”, lembrou Levi. “Eles pareciam oprimidos não apenas pela compaixão, mas por uma contenção confusa, que selou seus lábios e prendeu seus olhos à cena do funeral.”

O tenente soviético Ivan Martynushkin recordou que suas tropas tinham acabado de derrotar os alemães em Oswiecim quando, depois de passar pela aldeia, “saíram para algum tipo de campo enorme quase completamente cercado por cercas eletrificadas de arame farpado e torres de vigia”.

“Vimos edifícios além do arame farpado”, observou Martynushkin. “E à medida que nos aproximávamos, começamos a ver que havia pessoas.”

Martynushkin e seus homens não tinham ideia de quem eram essas pessoas, que pareciam “muito magras, cansadas, com a pele enegrecida”.

“No início, houve cautela, tanto da nossa parte quanto da deles”, lembrou. “Mas então eles aparentemente descobriram quem éramos e começaram a nos receber, a sinalizar que sabiam quem éramos e que não deveríamos ter medo deles – que não havia guardas ou alemães atrás do arame farpado. Só prisioneiros.”

Martynushkin e seus homens tinham acabado de libertar o campo de Birkenau. Os sobreviventes estavam extremamente magros e exaustos. Poucos conseguiam ficar de pé, muitos estavam deitados no chão, apáticos.

Anna Polishchikova, uma prisioneira russa que trabalhava no centro médico do campo, relembrou sua alegria em ver os soldados soviéticos – e sua confusão. “Eles nos olharam com surpresa e consternação. ‘Quem é você?’, perguntaram. ‘Que lugar é esse?’ ‘Somos russos’, respondi, “e este é o campo de concentração de Auschwitz-Birkenau”.

“E o que você está fazendo aqui?”, perguntaram de maneira hostil. Ficamos perplexos e sem saber o que dizer. Parecemos miseráveis e patéticos, então eles cederam e perguntaram novamente, em um tom mais gentil. “E o que está aí?”, disseram, apontando para o norte.

“Também um campo de concentração.” “E além disso?” “Também um acampamento.” “E além do acampamento?” “Lá dentro, na floresta, estão os crematórios, e além dos crematórios, não sabemos.”

O HORROR

“O horror da realidade do que acabavam de descobrir só então começou a se registrar na mente dos libertadores soviéticos. Cerca de 7.000 prisioneiros emagrecidos estavam no campo principal de Auschwitz, Birkenau e Monowitz. Outros 500 prisioneiros foram descobertos nos subcampos de Auschwitz em Stara Kuznia, Blachownia Śląska, Świętochłowice, Wesoła, Libiąż, Jawiszowice, e Jaworzno”.

“Mas dentro dos campos os soviéticos encontraram 1,2 milhão de peças de roupa, 7,7 toneladas de cabelo humano e outros itens pessoais despojados de prisioneiros assassinados, evidência dos horrores que aconteceram lá. Mais de 600 cadáveres em decomposição foram espalhados por todo o terreno, os restos mortais daqueles prisioneiros mortos a tiros pelos guardas assassinos da SS antes de abandonarem os campos”.

Eva Mozes Kor, de dez anos, sobrevivente dos experimentos médicos dementes do nazista Joseph Mengele, lembrou da gentileza dos soviéticos com as crianças do campo. “Eles nos deram abraços, biscoitos e chocolate”, disse ela.

“Estar tão sozinho um abraço significava mais do que qualquer um poderia imaginar, porque isso substituiu o valor humano pelo qual estávamos famintos. Não estávamos apenas famintos por comida, mas também por bondade humana. E o Exército soviético forneceu um pouco disso.” Havia 500 crianças.

Cerca de 231 soldados soviéticos perderam a vida nos combates dentro e ao redor da cidade de Oswiecim que ocorreram durante a libertação de Auschwitz, incluindo o comandante do 472º regimento, coronel Siemen Lvovich Besprozvanny. Seus corpos estão enterrados no cemitério municipal de Oswiecim, uma lembrança permanente do sacrifício feito na libertação dos 7.500 sobreviventes dos campos de extermínio de Auschwitz.

A tentativa de ocultação, pelos nazistas, das provas dos crimes hediondos cometidos, foi levada a cabo freneticamente, diante do imparável avanço do Exército Vermelho nos últimos meses de 1944.

Leia mais no site do HP

“Nós Que Nos Amávamos Tanto” – um clássico imortal sobre uma Itália que não se entende

Ettore Scola, como muitos outros de sua geração, era necessariamente coletivo, político, comprometido. Em sua filmografia, o indivíduo está sempre inserido em um contexto maior, condicionado a grupos sociais e econômicos que não podem ser ignorados

LUÍSA LOPES (*)

Certa vez, em uma entrevista, Ettore Scola, disse: “o pessimismo é muito mais progressista que o otimismo, encerra mais fé no futuro. O otimismo é coisa de beatos.”

O cineasta, nascido em Treviso, em 10 de maio de 1931, acompanhou as mudanças e acontecimentos históricos da Itália e do mundo até o dia de sua morte, em 19 de janeiro de 2016. Seus filmes eram um retrato fiel – e, às vezes, sujo – de uma Itália em constante transformação. Diversos momentos de ebulição social, cultural e política do país, da segunda metade do século XX, estão ali sintetizados na obra de Scola. E sintetizar uma grande confusão, torná-la mais clara ao público, não é algo simples de se fazer.

A grande escola foi, naturalmente, o neorealismo. Aqui se entende o neorealismo não somente como um estilo cinematográfico, mas sim como um movimento cultural de cineastas, atores, escritores, músicos, enfim, uma organização coletiva. Neste coletivo, a troca de ideias era considerada fundamental para a reconstrução do cinema e do país, arrasado pela guerra. Era um grupo no qual se incluíam muitos que ainda iriam se tornar grandes cineastas após o declínio do neorealismo, como Mario Monicelli e o próprio Ettore Scola. Reuniam-se, assistiam aos filmes, opinavam, se formavam dentro daquele quadro de renascimento cultural. A grande Suso Cecchi D’Amico, uma das roteiristas de “Ladrões de Bicicleta” (1948), afirmava que era muito comum que um filme tivesse a assinatura de diversos roteiristas. Para escrever o roteiro de “Ladrões...”, ela, Cesare Zavattini, Vittorio de Sica e Gerardo Guerrieri saíam às ruas de Roma em busca de entender a realidade do povo e assim poder retratá-lo da forma mais fiel possível. Isso porque toda a história dos melhores momentos do cinema italiano é repleta de uma equipe perfeitamente atenta e habilidosa, desde sua produção até o elenco de atores.

Perto de morrer, Ettore Scola lamentou que não houvesse mais essa troca de ideias (e ideias) entre os artistas da nova geração, mais determinados a trabalhar individualmente. Scola, como muitos outros de sua geração, era necessariamente coletivo, político, comprometido. Em sua filmografia, o indivíduo está sempre inserido em um contexto maior, condicionado a grupos sociais e econômicos que não podem ser ignorados.

Em “Nós Que Nos Amávamos Tanto”, a referência ao neorealismo é, sem dúvida, a mais evidente, entre tantas referências. E evoca não só um movimento, mas uma sociedade que já não existe. Interpondo, grosso modo, a história da Itália com os movimentos cinematográficos, a Itália neorealista era, com certeza, mais simples de se entender. Pobre, humilde, plena de sonhos e cujas ambições materiais não eram suficientes para lhes fazer trair seus valores. É o início da história dos três amigos, Gianni (Vittorio Gassman), Antonio (Nino Manfredi) e Nicola (Stefano Satta Flores), que integravam a

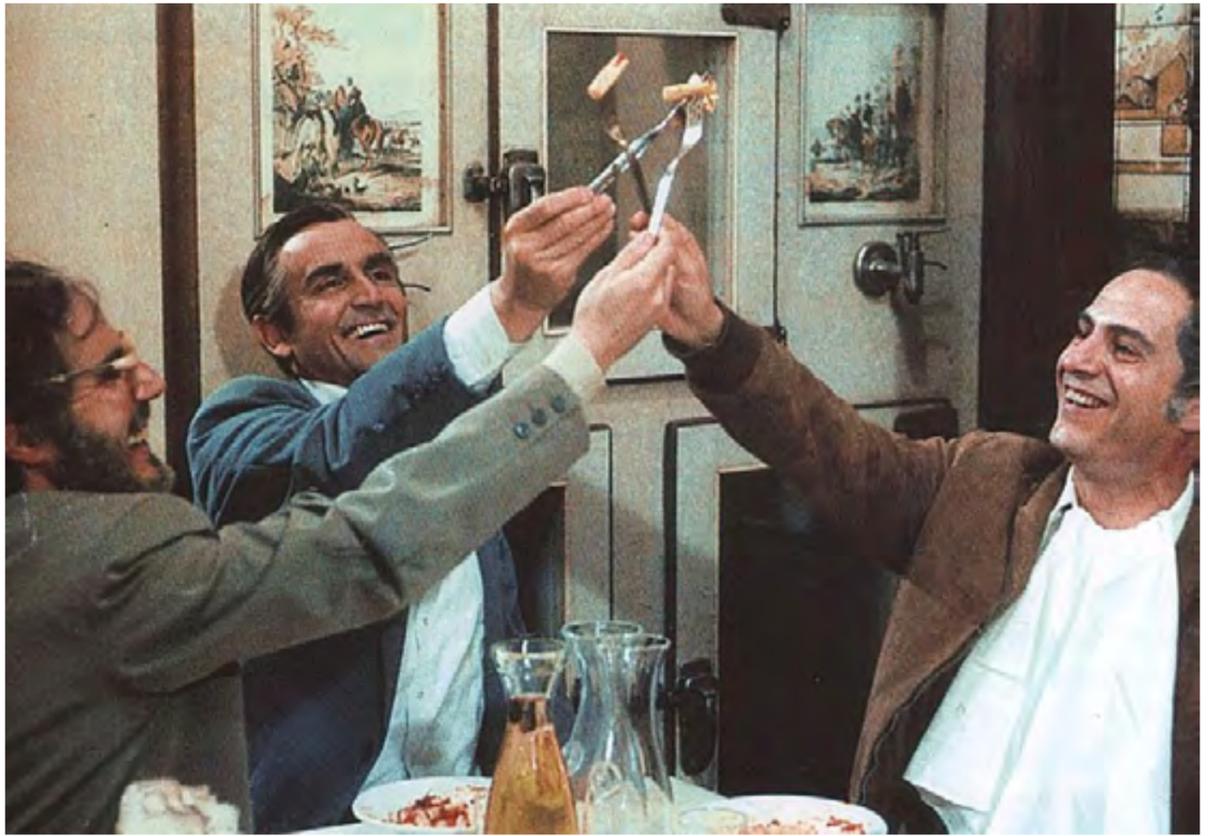


resistência *partigiana* durante a guerra de libertação. Ao fim da guerra, cada um volta às suas cidades de origem e acompanhamos o desenvolvimento de suas histórias particulares durante os 30 anos seguintes.

Nicola Palumbo retorna à pequena cidade de Nocera Inferiore e se torna um professor idealista, apaixonado por cinema. Em uma das primeiras cenas, Nicola e sua mulher assistem ao filme “Ladrões de Bicicleta” no Fórum de Cinema de Nocera Inferiore, uma espécie de cineclube. Ao final da sessão, dá-se início ao debate e o Professor Caprigno, patrão de Nicola, demonstra sua completa indignação com o filme de Vittorio de Sica: “Obras como esta ofendem a graça, a poesia, o belo. Estas porcarias e estes lixos nos difamam perante o mundo. Destes maus filmes, bem falou um jovem católico de grande futuro, próximo a De Gasperi: ‘A roupa suja se lava em casa!’”

A frase “roupa suja se lava em casa” é atribuída a Giulio Andreotti, um dos principais nomes da Democracia Cristã. Muito antes de se tornar sete vezes primeiro-ministro, Andreotti foi subsecretário no Ministério do Espetáculo do governo De Gasperi, onde travou batalha contra um certo tipo de cinema nacional, a começar pelo neorealismo e o retrato que este fazia da Itália perante o mundo. É também de Andreotti o comentário a respeito do filme “Umberto D.”: “Se no mundo se leva erroneamente a acreditar que ‘Umberto D.’ é a Itália, De Sica terá prestado um serviço terrível ao seu país”. A batalha contra o neorealismo vai apenas até meados da década de 50, quando o movimento entra em declínio, mas está claro que o conceito de cinema que Andreotti e o professor Caprigno queriam combater dizia respeito a qualquer cinematografia de relativa qualidade na Itália durante muitos anos após a queda de Mussolini. Compreender essa “intromissão” política na cultura de um país é fundamental para quem gosta de cinema e igualmente importante para entender a obra de Ettore Scola. A discussão entre Nicola e o diretor é decisiva para o destino do intelectual, que fica impedido de ensinar na cidade e parte para Roma, deixando mulher e filho para trás.

A interposição cinema/história existe a todo momento durante o filme, que diversas vezes retorna a Vittorio de Sica e seu “Ladrões de Bicicleta”, citado pelo personagem de Satta Flores como aquilo que traçou o curso de toda a sua vida futura. Chega a Roma convencido a defender seu ideal, e diz a Antonio que “não basta ser proletário, o intelectual está mais à frente, é inatingível!”. Nicola não quer e não precisa que ninguém concorde com ele, pois ele está acima disso. Quase ao fim do filme, conclui: “Achamos que mudaríamos o mundo, mas foi



ele que nos mudou”. O excesso de ideologia aqui dá espaço ao esmagador peso da realidade que Nicola Palumbo, indivíduo isolado, não só não foi capaz de transformar como tampouco compreender. Seu discurso havia se afastado da classe trabalhadora, que ele pretendia libertar.

Antonio volta a Roma para trabalhar como auxiliar de enfermagem. Na vida dele, também o governo será determinante quando decide beneficiar os simpatizantes da democracia cristã para os cargos mais altos do hospital, em detrimento dos partidários de esquerda, como é o caso do personagem de Nino Manfredi. Antonio é a verdadeira representação da classe trabalhadora em todo o filme. Aquela que sonha, mas não se corrompe, e que acaba sempre sendo desprezada no contexto geral. Ele se apaixona por Luciana (Stefania Sandrelli), mas ela o troca por Gianni. Os dois amigos brigam e só voltam a se reencontrar, por acaso, 25 anos depois. Já o amor por Luciana, não morre nunca.

O destino de Gianni Perego será amargo. De um advogado honesto, observamos enquanto ele se dobra às vontades de seu novo patrão, tornando-se rico e cada vez mais solitário. Percebemos mais uma referência ao cinema neorealista na figura do ganancioso empreiteiro Romolo Catenacci, interpretado por

Aldo Fabrizi. Conhecido como o padre antifascista Don Pietro em “Roma, Cidade Aberta” (Roberto Rossellini, 1945), aqui Fabrizi interpreta um homem que se gaba de sua esperteza e que, com a consciência tranquila e da malandragem, exemplo máximo da degeneração moral. Sua fala de que “quem vence a batalha contra a consciência, vence a guerra da existência” se opõe ao que representa Don Pietro – que, pouco antes de ser fuzilado pelos alemães, declara: “Difícil não é morrer bem, difícil é viver bem”. Aos poucos, Gianni vai se corrompendo, o que acaba por lhe custar caro. Ele abandona Luciana, por quem estava apaixonado, para se casar com Elide, filha de seu patrão.

Estão ali os três amigos: Gianni, Nicola e Antonio. Três classes sociais distintas, cujas mentalidades não mudaram muito ao longo dos anos, mas também não entraram em acordo. É uma Itália que se propõe a ser rica e desenvolvida mas, confusa, abandona os valores e o entendimento. Já as personagens femininas são as que representam o que há de mais positivo nessa situação. Elide, esposa de Gianni, é a única que demonstra uma evolução concreta: no início, uma mulher

desengonçada e semianalfabeta, depois, adquire gosto pela leitura, corrige seus modos e exibe uma beleza que nós (assim como Gianni) só percebemos após a sua trágica morte. Elide avança, mas lamenta o fato de ter feito isso não por ela mesma, mas para agradar a um marido que nunca a amou de verdade. Tenta resolver seus problemas conjugais, mas encontra apenas a indiferença do marido. Luciana e Antonio, depois de muito tempo, vão se apaixonar novamente. Ao reencontrar Luciana após mais de duas décadas, um solitário Gianni diz: “Todos esses anos, não fiz outra coisa além de pensar em você”, ao que Luciana responde: “Mas eu não. Desculpe, Gianni”. Ela havia seguido em frente.

Assimam o roteiro, além do próprio diretor, a dupla Age & Scarpelli, dois gigantes da *comédia all’italiana*. A música é de Armando Trovajoli. Ettore Scola faz aqui uma carinhosa homenagem ao cinema, como faria em “Splendor” (1989) e “Que Estranho Chamar-se Federico” (2013), enquanto reflete sobre a perda de identidade do povo italiano. Conta também com uma participação de Federico Fellini e Marcello Mastroianni reenecendo a filmagem de “La Dolce Vita” na Fontana di Trevi, além de uma cena hilária em que um homem confunde Fellini com Rossellini. Vittorio de Sica faz sua aparição

No alto, Stefano Satta Flores (Nicola), Vittorio Gassman (Gianni) e Nino Manfredi (Antonio) em “Nós Que Nos Amávamos Tanto”, de Ettore Scola. Acima, Stefania Sandrelli e Vittorio Gassman

através de registros antigos e também Monica Vitti, em cenas de “O Eclipse” (Michelangelo Antonioni, 1962). O cinema é mais um personagem do filme, é um ser vivo, testemunha de um momento histórico.

“Nós Que Nos Amávamos Tanto” está prestes a completar 50 anos de existência, e é um daqueles clássicos que nunca ficam velhos, nunca se tornou obsoleto. Pelo contrário, é uma obra que tem se mostrado cada vez mais avançada, à medida que o ser humano parece perder sua humanidade um pouco mais a cada geração. Retrato profundo da complexidade humana diante da realidade da vida e, acima de tudo, uma obra universal, pois não só os italianos podem se identificar com tal retrato. Seguimos em frente, sem esquecer que já fomos e, principalmente, quem iremos nos tornar.

(*) Texto lançado no livro “Clássicos do Cinema Italiano”, edição limitada organizada pela Versátil Home Vídeo em ocasião do lançamento da coleção de obras do cinema italiano em DVD.